

O **Brasil** e o Capitalismo Histórico

Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo

Organizadores

Pedro Antonio Vieira • Rosângela de Lima Vieira • Felipe Amin Filomeno



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Antonio Brussi • Beverly Silver • Christopher Chase-Dunn • Eduardo Barros Mariutti
Felipe Amin Filomeno • Giovanni Arrighi • Immanuel Wallerstein • Pedro Antonio Vieira
Roberto Patricio Korzeniewicz • Rosângela de Lima Vieira • Roy Kwon



A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650)

PEDRO ANTONIO VIEIRA¹¹⁰

The modern world-system was born in the long sixteenth century. The Americas as a geosocial construct was born in the long sixteenth century. The creation of this geosocial entity, the Americas, was the constitutive act of the modern world-system. The Americas were no incorporated into an already existing capitalist world-economy. There could not have been a capitalist world-economy without the Americas.

(Anibal Quijano and Immanuel Wallerstein)

We face the challenge of integrating big structures, large processes and huge comparisons into history.

(Charles Tilly)

¹¹⁰ Doutor em Economia pela Universidade Autónoma do México. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. O autor agradece os comentários e sugestões de Ricardo Zortéa Vieira, Luiz Mateus da Silva Ferreira, Fábio Pádua dos Santos, Rosângela de Lima Vieira e Felipe Amin Filomeno, que foram fundamentais para melhorar a argumentação geral. Não foi possível incorporar todas as sugestões, mas a elas voltaremos na continuação da pesquisa.

Com o lançamento, em 1974, do primeiro volume de *O Moderno Sistema-Mundo*, Immanuel Wallerstein iniciou uma perspectiva – e não uma teoria – de análise que está longe de estar acabada. Nestes trinta e oito anos, diversos pesquisadores inspiraram-se nos trabalhos que Wallerstein e Terence Hopkins nuclearam no Fernand Braudel Center e desenvolveram suas próprias linhas de pesquisa, porém conservando um núcleo duro comum, que caracteriza a EPSM: 1) não tomar a sociedade ou economia nacional como unidade de análise; 2) não aceitar o pressuposto de que a realidade pode ser adequadamente compreendida pelas várias disciplinas (economia, sociologia, geografia etc...) separadamente; 3) aceitar que o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal são duas entidades que nasceram juntas e interligadas¹¹¹; 4) adotar as concepções braudelianas do tempo como duração dos acontecimentos e processos, e ver a história como dialética das durações, ou seja, como resultado da mútua interação dos tempos curto (acontecimento), médio (conjuntura) e longo (estrutura), sendo este último o tempo mais adequado para estudar as mudanças sociais relevantes.

Os vários capítulos deste livro estão a comprovar que a perspectiva da Análise dos Sistemas-Mundo admite uma grande variedade de projetos de pesquisa, tanto no que se refere ao tema propriamente, quanto no que se refere aos tempos e espaços, respeitados os princípios acima destacados. Como o nome mesmo diz, o que diferencia a EPSM é a perspectiva com que se apreende o mundo.

Desde que adotamos a Perspectiva dos Sistemas-Mundo, estamos buscando interpretar a formação e a evolução da economia e da sociedade no Brasil como concretização, em um espaço determinado, da formação e expansão do sistema-mundo capitalista. Neste ensaio faremos isso para o longo século XVI (1450-1650). Com este propósito, procuraremos estabelecer conexões entre acontecimentos históricos para revelar as forças sistêmicas que

¹¹¹ “*Four our own time, it is hard to imagine the construction of any valid analysis of long term-structural change that does not connect particular alterations, directly or indirectly, to the two interdependent master processes of the era: the creation of a system of national states and the formation of a worldwide capitalist system. We face the challenge of integrating big structures, large processes and huge comparisons into history.*” (TILLY, 1984, p. 147).

condicionaram as histórias portuguesa e brasileira. Nesta grande e fascinante empreitada, assumimos o risco de ter gerado um texto muito descritivo e pouco analítico. Os acontecimentos históricos de que tratamos, embora possam ser conhecidos pelos historiadores dos respectivos períodos ou regiões, não se encontram reunidos para compor o quadro sistêmico em quem se situam Portugal e sua colônia na América. Ademais, consideramos também que esta sistematização provavelmente será útil aos leitores não tão familiarizados com a história mundial.

Conforme afirmou Caio Prado Júnior (2008[1945], p. 280, grifos nossos), provavelmente se referindo ao momento em que escrevia, “não há mais, verdadeiramente, no mundo contemporâneo, história econômica deste ou daquele país, mas unicamente a de toda a humanidade.” Ousando discordar do mestre Caio Prado, nossa intenção neste capítulo é mostrar que talvez desde o século XVI, pelo menos, seja possível perceber a unificação da história da humanidade. Mas essa percepção impõe uma mudança radical de perspectiva, tal como a que foi desenvolvida por Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, os três gigantes da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) e cujas obras foram nossa fonte de inspiração e de informação para este ensaio. Entre estes autores há convergências e também grandes divergências. Entre as coincidências, está a perspectiva histórico-mundial e a longa duração como a temporalidade relevante para estudar as mudanças sociais. Entre as divergências, merece destaque o sentido dado à expressão economia-mundo. Tomada emprestada de Braudel, ela é usada por Wallerstein para designar o sistema social histórico cuja evolução, desde seu surgimento no longo século XVI até 1914, ele apresentou nos quatro volumes de *The Modern World-System*, distanciando-se consideravelmente do que Braudel chama de economia-mundo, principalmente porque o historiador francês não se referia a um sistema social. Vale observar que se bem considerava válido o esforço de Wallerstein, Braudel pondera que nele a história estava por demais sistematizada.¹¹² Tampouco o sistema social

¹¹² Quando escreveu “o modelo da economia-mundo certamente é válido”, Braudel fez uma apreciação positiva do primeiro volume de *O Moderno Sistema-Mundo*, mas mostrou uma certa discordância ao dizer que que os volumes seguintes dariam a oportunidade de “voltar à

histórico que Wallerstein (2001) denomina economia-mundo capitalista ou capitalismo histórico coincide com o sistema capitalista mundial descrito por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*. Não temos tempo aqui para detalhar as diferenças, bastando dizer que, enquanto Wallerstein descreve a economia-mundo em sua totalidade, tanto em termos de estruturas quanto em sua dimensão espacial, que estaria segmentada em centro, semiperiferia e periferia, o sistema capitalista mundial de Arrighi no livro supracitado se refere somente aos círculos capitalistas – o terceiro andar no esquema tripartite de Braudel¹¹³ – e sua relação com o Estado.

Sendo diferentes as entidades descritas pelos três autores, também o serão as respectivas cronologias. Não obstante, podemos constatar aproximações principalmente entre Wallerstein e Arrighi, talvez porque tanto os ciclos sistêmicos de acumulação quanto a economia-mundo sejam fenômenos capitalistas e espacialmente coincidentes. De fato, como veremos mais adiante, Arrighi propõe que foi no período 1450-1650 que se deu a formação do sistema social capitalista e sua afirmação como sistema mundial. O período é, para Wallerstein, o do surgimento da economia-mundo capitalista.¹¹⁴ A cronologia de Braudel é substancialmente diferente, na medida em que para

boa fundamentação, às novidades e às limitações de uma visão sistemática, talvez demasiado sistemática, mas que se revelou fecunda.” (BRAUDEL, 1998, p. 58).

¹¹³ Devemos ter em mente que, bem à sua maneira, sem a precisão que os teóricos requerem, Braudel define o capitalismo por oposição às outras duas esferas da vida econômica: a vida material (economia de subsistência?) e economia de mercado ou economia, onde compradores e vendedores conhecem as condições em que ocorrerão as transações. No topo – em uma posição privilegiada – deste esquema tripartite, está o capitalismo, que se diferencia das outras esferas por uma série de características: O agente, sua lógica e motivação; a escala dos negócios; a não fixação a nenhuma atividade específica (indústria, comércio, finanças), pois o agente capitalista atua em qualquer uma delas, simultaneamente ou deslocando-se de uma para outra com agilidade, buscando os maiores lucros; a preferência pelo o monopólio; a ojeriza à concorrência; e por último, mas não menos importante, por estar sempre aliado ao estado, até porque “estado e capitalismo são duas forças mais ou menos gêmeas.” (BRAUDEL, 1998, p. 392). Para maiores detalhes, ver as introduções dos livros I e II de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, a conclusão do livro III e os capítulos 3 (A produção ou o capitalismo em casa alheia) e 4 (O Capitalismo em Casa) do Livro II.

¹¹⁴ “[...] consideraremos 1450-1640 a unidade de tempo significativa, durante a qual se criou uma economia-mundo capitalista, que sem dúvida, era, como diz Braudel ‘vasta mas débil’” (WALLERSTEIN, 1999, p. 94).

ele a economia-mundo europeia existiria desde o final do século XIV, quando se inicia o século veneziano, cujo marco inicial foi 1378 e o final 1498.¹¹⁵

A América Latina e o Brasil, como se pode ver na epígrafe deste texto, são duas entidades¹¹⁶ que nascem juntas com a economia-mundo capitalista. Ou seja, a história desta região após 1492 é inseparável da história da economia-mundo e vice-versa. O mesmo não se pode dizer, por exemplo, da Índia e da China, que embora sendo muito anteriores ao surgimento da economia-mundo, a ela foram incorporadas bem mais tarde. Dada a referida inseparabilidade, e dado que o sistema social que chamamos de economia-mundo se concretiza no espaço e no tempo, estudá-lo ou descrever seu desenvolvimento implica necessariamente falar de espaços e tempos determinados, sendo o Brasil e a América Latina um destes espaços. A relação entre América Latina e uma certa economia capitalista mundial não deixou de ser percebida pelos cientistas sociais latino-americanos, tanto cevalinos quanto dependentistas, como o demonstram as relações feitas entre a transferência de prata e outros produtos latino-americanos e o desenvolvimento do capitalismo na Europa, desde a chamada acumulação primitiva até a revolução industrial. Não obstante esta menção a uma entidade maior, o sistema capitalista mundial, as relações estabelecidas por tais autores aconteciam entre nações ou economias nacionais, o que impedia partir da inseparabilidade absoluta afirmada por Quijano e Wallerstein. Defendemos que tal inseparabilidade emerge naturalmente quando adotamos os princípios metodológicos enunciados anteriormente

O estudo da América Latina deve partir da condição colonial. No caso do Brasil, este suposto implica que a formação da economia-mundo capitalista e de seu sistema interestatal atingiram o território americano através do filtro português, tanto no que se refere ao Estado quanto à acumulação de capital. Em outras palavras, entender a forma como o Estado português se inseriu no sistema interestatal e como o território português foi incorporado

¹¹⁵ Veneza teve "um longo século de preponderância indiscutível (1378-1498)" (BRAUDEL, 1998, p. 131).

¹¹⁶ Deve ser notado que Quijano e Wallerstein se referem à América Latina como um *constructo* geosocial, que resultou do amálgama cultural, econômico, político e ecológico posterior a 1492.

aos processos mundiais de acumulação de capital é o que nos permitirá esclarecer as mudanças que os dois processos mencionados por Tilly (1984) - a criação de um sistema de estados nacionais e a forma de um sistema capitalista mundial - provocaram no território que hoje é o Brasil. A esse respeito, nos esforçaremos para defender a seguinte tese: em Portugal, apesar da precocidade do Estado nacional, da presença expressiva de comerciantes de longa distância, e do envolvimento do Estado e da sociedade em redes capitalistas, o Estado e a sociedade do Antigo Regime conseguiram resistir às mudanças provocadas pela formação da economia-mundo capitalista. Esta resistência impediu o pleno desenvolvimento de ideias e práticas capitalistas no Estado, na economia e na Sociedade, criando uma distância com o que acontecia primeiro nas cidades-Estados italianas e depois no norte da Europa. Nossa narrativa procura mostrar que, se no primeiro século XVI (1450-1550) Portugal colabora para, e se beneficia do, surgimento da economia-mundo, situando-se próximo do centro, no século seguinte, enquanto se intensificava a lógica capitalista na economia-mundo e surgiam estados nacionais muito poderosos, em Portugal, tanto nos negócios públicos quanto nos privados prevaleciam instituições pré-capitalistas. Como resultado, por volta de 1650, o Estado português praticamente não conta no jogo de poder europeu e sua economia depende essencialmente do tráfico de escravos e da economia escravista açucareira (FURTADO, 1995) na América. A esta altura, a condição de quase-Estado e de uma economia fundada na escravidão colocavam Portugal - e sua colônia americana - na condição de periferia da economia-mundo.

Para dar conta desta tarefa, começaremos mostrando a precocidade do protagonismo do Estado e do comércio em Portugal (seção II), protagonismo que é praticamente contemporâneo ao surgimento do capitalismo como sistema social histórico (seção III). Começa aqui a resistência portuguesa à expansão das ideias e das práticas e capitalistas (seção IV), resistência que prosseguirá em meios às mudanças na economia-mundo na segunda metade do século XVI, as quais levantarão novos e maiores obstáculos para Portugal (seção V). Na seção VI, o objeto de estudo é a colônia americana, que vai ser incorporada à economia-mundo através da cadeia mercantil

do açúcar. Na seção VII, o relato volta-se novamente para o centro da economia-mundo, que vai ser deslocado para o norte da Europa, mais precisamente para as Províncias Unidas, com destaque para Amsterdam. Na seção VIII, com a qual fechamos este capítulo, mostraremos que tanto nas suas consequências - talvez a mais sobressalente sendo a transformação do capitalismo em sistema mundial - quanto no seu desenvolvimento, os processos que colocaram as Províncias Unidas no centro da acumulação capitalista mundial transformaram Portugal num quase-estado sustentando por uma economia baseada na produção de escravos (África) e na sua utilização (América) para a fabricação de açúcar e outros produtos primários destinados à exportação.

A precocidade do protagonismo do Estado e do comércio em Portugal

A partir do século XIII, quando os venezianos e genoveses voltam-se para o oeste do Mediterrâneo (Barcelona, Sevilha, Marrocos e Lisboa¹¹⁷), a ligação marítima entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte atinge Portugal, em cuja capital multiplicam-se as colônias estrangeiras. **“Lisboa e, para além de Lisboa, Portugal inteiro ficam pois, em parte, sob controle dos estrangeiros”** (BRAUDEL, 1998, p. 125, grifos nossos).

No último quartel deste mesmo século, mais precisamente em 1279, pelo Tratado de Alcanizes firmado com o Reino de Castela, Portugal define suas fronteiras, que podem ser consideradas as mais antigas da Europa. Estas fronteiras foram reafirmadas um século depois, quando a Revolução de Avis (1383-85), com o decidido apoio da burguesia comercial, derrotou a nobreza territorial que se aliara ao Reino de Castela.

¹¹⁷ “[...] no século XIII, quando chegam por primeira vez a Portugal, os italianos se esforçam por atrair os povos ibéricos para o comércio internacional. Uma vez ali, os italianos passariam a jogar o papel de iniciadores dos esforços colonizadores ibéricos, pois tendo chegado tão cedo, “foram capazes de conquistar posições-chave na península ibérica.” (WALLERSTEIN, 1999, p. 71). Wallerstein também cita Virginia Rau (1957, p.718), para quem em 1317, “a cidade e o porto de Lisboa seriam o grande centro do comércio genovês.”

Portanto, já no final do século XIV, existem em Portugal os dois agentes propulsores da criação do moderno sistema-mundo: o estado territorial e os capitalistas. Nesta perspectiva, para entendermos a posição de Portugal na economia-mundo, faz-se necessário elucidar o tipo de Estado e suas relações com a burguesia que, como em todas as partes, dedicava-se fundamentalmente ao comércio e às finanças.

O protagonismo da burguesia mercantil na Revolução de Avis levou o jovem Celso Furtado a interpretá-la como uma revolução burguesa, que teria resultado na “ascensão completa e definitiva da burguesia” e na criação de um Estado semelhante às “repúblicas mercantis italianas.” (FURTADO, [1948] 2001, p. 27-28). Escrevendo nove anos depois, Faoro ([1957] 2008), fez uma avaliação mais acertada do Estado português pós-1385 e do lugar nele ocupado pela burguesia. De fato, da Revolução de Avis não renasceu a nobreza territorial e nem um regime senhorial, mas ao mesmo tempo, o novo rei (D. João I) recuperou o domínio de grande parte das terras e com outra fonte de poder, o carisma, se sobrepôs à burguesia, “**tornando-a de patrocinadora da monarquia, em servidora**” (FAORO, [1958] 2008, p. 58, grifos nossos). Numa espécie de estatismo precoce, “o Estado, em nome do rei, [eleva-se], em agente econômico, extremamente ativo”, abrindo novas oportunidades através da expansão marítima, e mesmo de “certas atividades industriais novas” internas, para compensar a queda das receitas provenientes da agricultura e do comércio internos (GODINHO, 1968, p. 45 *apud* FAORO, 2008, p. 60). A burguesia comercial, ou melhor, indivíduos pinçados desta classe, participavam destas iniciativas, mas não em posição de comando:

Ela [a burguesia] estava dentro do Estado. Mas o domínio político não lhe foi confiado com a demissão do soberano. **A burguesia conquistou o seu lugar: mas sobre ela, havia uma cabeça, dona de maior riqueza, a proprietária virtual de todo o comércio, cabeça com ideias, projetos e planos**, saídos das mãos dos juristas, armados de raciocínios, cheios de enredos, armadilhas e sofismas, capazes de erguer, por toda a parte, a sombra da forca. (FAORO, 2008, p. 59, grifos nossos).

O estado que submete e se sobrepõe à burguesia não é de maneira nenhuma hostil ao comércio, todo o contrário. Tampouco deixa que este se desenvolva fora de suas garras:

o comércio era, na verdade, atividade do Estado, que podia delegá-la ou confiá-la a particulares, mediante concessão de privilégios. O monopólio era sempre virtual, sempre possível, mas só em alguns casos estabelecido de fato. (FAORO, 2008, p. 73 , grifos PAV).

O caráter mercantil do Estado também se expressava nos grandes privilégios concedidos aos comerciantes estrangeiros que recebiam “cartas de segurança” ou “carta de segurança real”, as quais davam a seu titular a garantia de que suas atividades não seriam impedidas, nem seus bens confiscados, mesmo que seu país de origem estivesse em guerra com Portugal (FAORO, 2008, p. 71).

Assim, o Estado português, ao controlar direta ou indiretamente as atividades comerciais em seus domínios ultramarinos, centraliza os recursos com os quais literalmente compra a fidelidade dos nobres e do clero, também interessados em conservar a sociedade de Antigo Regime, que se manterá até as primeiras décadas do século XIX. Nesta sociedade, “o mais aparente é a divisão em estados ou ordens – clero, nobreza, braço popular. É uma divisão jurídica, por um lado; é por outro, uma divisão de valores e de comportamentos que estão estereotipados, fixados de uma vez para sempre, salvo raras exceções. Cada qual ocupa uma posição numa hierarquia rígida, segundo tem, ou não, títulos e tem, ou não, direito a certas formas de tratamento” (GODINHO, 1971, p. 56)

No topo desta sociedade, está seu defensor máximo, o monarca absoluto e dirigente do estado patrimonial e estamental, cuja reprodução, assim como da sociedade do Antigo Regime, é incompatível com a preeminência da burguesia. Ao contrário do que propôs o jovem Celso Furtado, estamos longe de uma revolução burguesa e, como veremos adiante, Portugal se assemelha muito pouco às repúblicas italianas, onde, quase simultaneamente à formação do Estado patrimonialista e estamental lusitano que subjugava a burguesia, instaurava-se a relação inversa.

O surgimento do capitalismo como sistema social histórico

Durante os conflitos que por cerca de um século (1340-1454) jogaram as cidades-Estado italianas umas contra as outras, Gênova, Veneza e Florença passaram a funcionar como centros de poder na Europa. Além disto, foi no contexto destas lutas...

[...] **que o capitalismo nasceu como um sistema social histórico.** A intensificação da concorrência intercapitalista e a crescente interpenetração dessa concorrência e da luta pelo poder, dentro das cidades-Estados e entre elas, não enfraqueceram, mas, ao contrário, **fortaleceram o controle desses Estados por parte dos interesses capitalistas.** (ARRIGHI, 1996, p. 94, grifos nossos).

Como decorrência do controle exercido sobre o estado, desenvolveu-se em Veneza e em Gênova “um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra” (ARRIGHI, 1996, p. 37), o que equivale dizer, não só que estas atividades também ficaram submetidas aos cálculos de custo-benefício financeiro, mas também que a economia e o estado seriam dirigidos pela lógica da acumulação incessante de capital.

Qual era a posição de Portugal na economia-mundo de Braudel ou no sistema capitalista arrighiano? A resposta só pode ser encontrada em Braudel, pois como anotamos acima, os desenvolvimentos concretos nas várias regiões da economia-mundo não são tratados em *O Longo Século XX*.

[...] Portugal terá sofrido, ao longo de todos os seus sucessos, **o fato de não ser o centro de uma economia-mundo estabelecida a partir de Europa.** Embora privilegiada em vários aspectos, a economia portuguesa deriva da **periferia da economia-mundo.** (BRAUDEL, 1998, p. 124-125, grifos PAV).

Como é de seu feitio, Braudel não esclarece com precisão o que entende por periferia e por isso seria mais adequado classificar Portugal como

uma zona secundária. Para nossa argumentação, importa destacar a inserção de Portugal nesta economia-mundo (BRAUDEL) comandada por Veneza. E dado que é exatamente no período posterior à revolução de Avis que em Veneza e Gênova as classes capitalistas estão assumindo o controle do estado, Portugal está de fato se inserindo de maneira subordinada no sistema capitalista.

Parece-nos relevante destacar esta interpretação, pois ela nos alerta para um aspecto importantíssimo da expansão marítima ibérica e da criação de seus impérios coloniais, qual seja, a de que esta expansão e impérios já se inseriram, não numa simples expansão do capitalismo comercial, como afirmavam Celso Furtado e Caio Prado Júnior em seus escritos sobre a formação econômica do Brasil, mas dentro de um sistema capitalista, o qual - mesmo que incipiente, principalmente porque a esta altura ainda não se havia constituído o sistema interestatal - tenderá a condicionar os processos políticos e econômicos em todo o mundo, inclusive a formação e a evolução dos estados territoriais,¹¹⁸ tais como os Estados ibéricos, e seus impérios.¹¹⁹

No que segue vamos procurar mostrar as particularidades da inserção do Estado e da economia portuguesas na economia-mundo capitalista no século XVI.

A resistência portuguesa ao pleno desenvolvimento do capitalismo

No decorrer do século XV, enquanto nas cidades-estado italianas a lógica capitalista estava num acelerado processo de afirmação tanto nos

¹¹⁸ No que toca à estratégia de acumulação de poder, que é o objetivo último de qualquer Estado, Arrighi (1996) distingue os estados territorialistas – aqueles que através da conquista de territórios buscam ampliar seu poder – dos estados capitalistas, aqueles que buscam acumular riqueza como meio para ampliar seu poder.

¹¹⁹ Ao inserir Portugal e Brasil na entidade que ele denomina o Antigo Sistema Colonial (ASC), Novais (1995 [1979]) avança em relação a Caio Prado e Celso Furtado. Na perspectiva aqui adotada, o próprio ASC seria um subsistema do todo que é a economia-mundo capitalista.

negócios privados quanto públicos, e, em outras partes da Europa, os agentes capitalistas ampliavam seus espaços nos Estados territoriais em formação, o Estado lusitano resistia a estas inovações¹²⁰. E o fazia pela simples razão de que ele próprio e a sociedade estamental portuguesas seriam inevitavelmente abalados pelas transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Posto que o avanço capitalista se mostrava como inevitável, a defesa do Estado Estamental Patrimonial e da sociedade do Antigo Regime fez com que Portugal se atrasasse relativamente às regiões e estados que trilharam o caminho capitalista aberto pelas Repúblicas italianas. Mas nem por isso, ou talvez por isso mesmo, um Estado territorialista e uma sociedade guiada por valores medievais deixavam de ser úteis aos acumuladores de capital, necessitados de oportunidades de negócios e de proteção. Para entender esta utilidade de Estados e sociedades não capitalistas devemos ter claro, e aqui estamos seguindo Wallerstein, que a economia-mundo é uma junção de dois subsistemas: o econômico, formado pelas cadeias mercantis que perpassam unidades políticas e que admitem em suas várias etapas, diferentes relações de trabalho, formas de propriedade e níveis tecnológicos; e o político, formado pelas unidades políticas, cada uma com suas peculiaridades no tocante à forma de governo e estrutura social. Poderíamos dizer que a plasticidade que Braudel define como um dos traços do agente capitalista, também se observa no sistema, pois a economia-mundo capitalista pode conviver com as mais diversas formas de sociedade e de governo, bastando que lhe sejam dadas as condições para a acumulação de capital. Parece-nos que assim se explica a convivência dos capitalistas genoveses com os Estados ibéricos, que sendo estruturalmente territorialistas, serviram, “graças à combinação de fanatismo religioso e espírito político de iniciativa” (ARRIGHI, 1996, p. 121), aos capitalistas genoveses oferecendo-lhes oportunidades de investimentos e também proteção.

¹²⁰ “Os povos peninsulares vão permanecer enredados nas estruturas, agora arcaizantes, que tinham feito sua glória mas estavam inteiramente desajustadas. Em contraste com as civilizações industrializadas, não apenas os povos subdesenvolvidos mas ainda os povos com estruturas persistentes de antigo regime; alguns, em vias de desenvolvimento, outros, recusando a modernidade para cuja eclosão até tinham contribuído.” (GODINHO, 1971, p. 56).

Este fanatismo religioso também conhecido como espírito de cruzada, “era uma excelente garantia de que a expansão ibérica por águas desconhecidas prosseguiria, sem se estorvada por constantes cálculos racionais sobre custos e benefícios.” (ARRIGHI, 1996, p. 126). Em contrapartida, os genoveses ofereciam o capital e o *know-how* financeiro e comercial que viabilizariam a expansão ultramarina ibérica. Formou-se assim uma associação, que se consolidou com os “grandes descobrimentos” e que também libertou o capitalismo genovês “de sua longa crise”, dando lugar à expansão material do primeiro Ciclo Sistêmico de Acumulação, o genovês¹²¹ (ARRIGHI, 1996, p. 126).

Dado que estes ciclos são fenômenos capitalistas e são produto da associação entre estado e capitalismo, associação na qual o princípio capitalista do lucro máximo é legitimado e mesmo imposto pelo estado, a associação capital genovês-estados ibéricos, insere estes estados no sistema capitalista. Mas esta é uma inserção a contrapelo, porque os estados ibéricos não incorporam ou melhor, não se submetem eles próprios aos ditames capitalistas. Tendo como referência o que se passava na cidades-estados italianas, o Estado português pode ser classificado como territorialista, pois embora não desprezasse o comércio e mesmo convivesse bem com os capitalistas, suas iniciativas continuaram dando de ombros para os balanços de lucros e perdas financeiras. Já os capitalistas não se movem, pelo menos, prioritariamente, por ideologias ou considerações de poder e sim por possibilidades de lucros baseados em cálculos racionais, o que é mais um motivo para se aliarem a estados guiados por políticas e ideologias muito distintas. A divisão do trabalho entre os estados ibéricos (proteção) e capitalistas genoveses (acumulação) foi benéfica para ambas as partes, que não colheram só resultados positivos. De fato, a especialização na acumulação do dinheiro fez os genoveses se descuidarem de sua força militar e induziu os estados ibéricos

¹²¹ Com este conceito Arrighi (1996) designa os diferentes fases das estratégias de acumulação de poder e de capital que foram levadas a cabo por agentes capitalistas desde o século XV até o presente. Um grupo de capitalistas em aliança com um estado consegue por um determinado período liderar o processo de acumulação e exercer a hegemonia. Este período é o que Arrighi (1996) denomina Ciclo Sistêmico de Acumulação.

a não internalizarem e manterem sob seu controle os nódulos das cadeias mercantis e dos circuitos financeiros que eram a fonte de suas receitas. Em outras palavras, reforçou a lógica territorialista do Estado e a tradição senhorial dos governantes e das aristocracias ibéricas,¹²² o que, se lhes permitiu sucesso no curto prazo (digamos um século), foi desastroso no longo prazo, pois esta mesma especialização na proteção levou-os a serem ultrapassados pelos estados que estavam já adotando uma mescla de práticas territorialistas e capitalistas. Esta perda de competitividade ficou patente na Espanha, o estado mais poderoso do século XVI, mas foi ainda mais danosa para Portugal, que nunca exerceu poder sobre outros estados e que, diante das mudanças, não teve como manter o império que precocemente construiu entre 1450 e 1550.

Ao identificar as características políticas e a lógica econômica anti-capitalista do estado português, não pretendemos dizer que elas eram equivocadas, mas sim que se tornavam rapidamente anacrônicas, na medida em que, primeiramente nas cidades-estado italianas e depois nos Países Baixos¹²³, o princípio capitalista do lucro máximo passava a ser adotado não só nos negócios privados, como também nos negócios públicos, mormente na gestão do estado e da guerra.

Em suma, embora a aristocracia portuguesa tenha tido habilidade para criar o primeiro estado nacional na Europa, que foi desde cedo condescendente com os comerciantes, ou talvez exatamente por conta deste sucesso, não conseguiu reformar e adaptar este Estado, de modo a prepará-lo “para enfrentar eficazmente os desafios suscitados pela subsequente ascensão de poderosos complexos capitalistas-territorialistas, formados pela aliança entre classes capitalistas cosmopolitas altamente especializadas (as

¹²² Godinho (1971, p. 7) avalia que os fatores que impedem a modernização na Península Ibérica “remontam [...] geralmente, há séculos não recentes, e a chave dos problemas que nos debatemos parece estar nessa economia e sociedade agrícola e mercantilizada, nobiliárquico-eclesiástica e de abortada burguesia, mas poderosa oligarquia que os descobrimentos geraram.”

¹²³ “[...] Ao fim e ao cabo, apesar de todos os matizes que possamos introduzir, a nova república [As Províncias Unidas] se transformou na primeira verdadeira nação capitalista e burguesa, com uma identidade nacional muito mercantil fortemente marcada.” (SMIT, J.W. 1970, p. 52-53 *apud* WALLERSTEIN, 1999, p. 295, nota 206).

chamadas “nações”¹²⁴) e Estados territorialistas igualmente especializados” (ARRIGHI, 1996, p. 186).

Em oposição ao que sucedeu naqueles lugares em que os capitalistas-comerciantes de fato estavam no topo da hierarquia social, em Portugal não só a burguesia comercial jamais dirigiu o estado e a sociedade, como também a própria atividade comercial e a acumulação de riqueza por esta via nunca gozaram do prestígio social que desfrutaram nas cidades-estado italianas já no século XIV e mais tarde nas Províncias Unidas.¹²⁵ Em Portugal, em lugar de moldar a sociedade à sua imagem e semelhança, como mais tarde diriam Marx e Engels em *O Manifesto do Partido Comunista*, a própria burguesia comercial se adaptou aos valores da nobreza¹²⁶, contribuindo assim para o “o descrédito ao negócio e ao trabalho manual, em favor de valores que consagraram à ociosidade letrada.” (FAORO, 2008, p. 78). Isso porque, apesar de praticar o comércio, o português se guiava por ideias e valores medievais “adversos ao tráfico do dinheiro e ao comércio. Os interesses econômicos se subordinavam à salvação da alma, verdadeiro fim da vida, entendida a atividade econômica como integrante da conduta moral, ditada pela moral teológica.” (FAORO, 2008, p. 78). Nesta passagem, Faoro aponta, com razão, a Igreja como uma força anticapitalista, mas ela só tinha esta força porque estava entranhada no estado¹²⁷, o qual, como vimos, se

¹²⁴ “A partir da última década do século XV e, mais claramente, no curso do século XVI, as burguesias, primordialmente organizadas em cidades-estado, - inclusive a veneziana - deixaram de desempenhar o papel de classes capitalistas dominantes na economia mundial europeia. Esse papel passou a ser cada vez mais desempenhado pelas burguesias expatriadas, organizadas em “nações” cosmopolitas, que se especializavam nas altas finanças e no comércio de longa distância e deixavam que as organizações territorialistas cuidassem da produção.” (ARRIGHI, 1996, p. 186).

¹²⁵ “O desprezo pelo comerciante e por sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa, como, aliás, em muitas outras. As raízes desse desprezo estavam na hierarquia medieval [...]” (BOXER, 2002, p. 331).

¹²⁶ “[...] a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu domínio. Procurou antes associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista.” (HOLLANDA, 1986, p. 8).

¹²⁷ Com a morte do Rei D. Sebastião em 1579, o primeiro na linha de sucessão era seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, que foi aclamado rei.

servia do comércio, mas ao mesmo tempo não permitia o desenvolvimento de instituições favoráveis ao florescimento do capitalismo. Em suma, estado e Igreja – não sem contradições em alguns momentos - criavam barreiras à acumulação sem fim do dinheiro, como se pode ver na relação contraditória com os judeus, que não se deixavam dominar e se mantinham, portanto, fora do controle do Estado e do estamento, mas de cujos capitais o Estado necessitava (FAORO, 1998, Alecanstro, 2000). Sem embargo, “a monarquia portuguesa persegue e pilha sua burguesia mercantil judaica e pseudojudaica [...] investida de um papel chave na modernização. As consequências dessa revanche da aristocracia contra os comerciantes – dessa derrota política da burguesia mercantil – marcam indelevelmente a sociedade lusitana e luso-brasileira.” (ALENCASTRO, 2000, p. 26-27, grifos nossos)

Jaime Cortesão (2006, p. 69) identificou alternâncias seculares nas posições destas forças. Após a Revolução de Avis e até a segunda metade do século XV, uma “burguesia de mercadores e armadores de navios [...] acabou por impor ao Estado a lei de seus interesses e as directivas políticas da expansão do mundo.” Mas a nobreza recuperou sua posição justamente com as conquistas e o monopólio real das especiarias. Mal preparada para o “grande comércio cosmopolita” a burguesia cede lugar à “nobreza de comando e espada, que revalidara os seus préstimos e reverdecera os louros nas lutas de África e do Oriente, beneficiária, quase exclusiva, do tráfico dos produtos orientais, voltou a partilhar progressivamente com o alto clero e em prejuízo do resto da nação, riqueza, privilégios e poderio político.” Esta retomada arcaizante vai até o fim dos Quinhentos, pois a partir dos Seiscentos o açúcar brasileiro vai dar outra oportunidade à “burguesia marítima” (CORTESÃO, 2006, p. 70). Embora advertindo que “este esquema rítmico talvez [seja] demasiado simples”, Godinho (1971) o aceita com uma boa aproximação aos processos de travagem da modernização capitalista por parte do clero e da nobreza e também do estado português. Para este grande historiador, o exagerado peso das classes improdutivas e a mentalidade arcaica e voltada para o passado, impediram Portugal e Espanha de avançar para o “o capitalismo plenamente desenvolvido” trazido

pela revolução industrial do final do século XVIII, atrasando-se relativamente ao restante da Europa Ocidental.

Até aqui temos procurado demonstrar que a pré-condição para Portugal ter avançado para o capitalismo plenamente desenvolvido do final do século XVIII, era que o Estado e a sociedade tivessem aderido à lógica capitalista desde que esta iniciou sua ascensão no século XIV, caso em que ter-se-iam criadas as bases ideológicas, financeiras e técnicas para o referido avanço. Em lugar dessa adesão, houve rechaço, o que nos leva a afirmar que a incapacidade portuguesa para acompanhar as mudanças, ou melhor, a decisão de resistir elas, é muito anterior ao "capitalismo plenamente desenvolvido" mencionado por Godinho mais acima, podendo ser percebida, como vimos, no momento mesmo da transição do capitalismo enquanto poder disperso para a condição de poder concentrado (formação do sistema capitalista) na segunda metade do século XV, portanto no mesmo período em que a burguesia comercial estava em ascensão em Portugal. É que esta ascensão só parece como tal quando o quadro de referência é a própria península ibérica. Quando comparada à transição que acabamos de mencionar, o ímpeto burguês em Portugal é medíocre, porque se deu em meio a instituições que não permitiram o pleno florescimento das ideias, das práticas e instituições capitalistas, razão pela qual Portugal não pode comandar e talvez nem mesmo se apropriar da maior parte dos lucros comerciais e financeiros que a expansão ultramarina proporcionou; e por consequência, permaneceu em uma posição semiperiférica¹²⁸ na nascente economia-mundo. O caso da pimenta ilustra bem esta tese.

O estado patrimonialista e estamental (FAORO), o espírito de cruzada, as ideias econômicas medievais e a necessidade de buscar recursos no exterior para manter a sociedade do Antigo Regime, foram suficientes, para realizar a inacreditável façanha de romper o monopólio veneziano

¹²⁸ Estamos adotando aqui a conceituação de Wallerstein (1999), baseando-nos sobretudo no poderio do Estado Português, que não era um estado desprezível na virada do século XV para o XVI, e também na acumulação de riqueza que, embora não possamos medir, era também apreciável.

sobre as especiarias asiáticas. Este feito revolucionou o comércio mundial e colocou Lisboa no centro do comércio de especiarias, deslocando Veneza. Não obstante, quando Veneza declina não é Lisboa que ocupa seu lugar e sim Antuérpia, o que se explica, afirma Braudel, porque “Lisboa **se mantém prisioneira de uma certa economia-mundo na qual está já inserida e que lhe determina um lugar.**” (BRAUDEL, 1998, p. 126, grifos nossos).

E que lugar é este? A cadeia mercantil da pimenta ajuda a responder esta pergunta. As especiarias eram pagas com prata, obtida “graças ao conluio entre o rei de Lisboa, dono das especiarias, e os mercadores da Alta Alemanha” (BRAUDEL, 1998, p. 131). Este “conluio” ilustra bem a posição de Portugal ou do estado português na cadeia mercantil mundial da pimenta que muito simplificada, pode ser assim representada: Fornecedores na Ásia → Portugal (Casa da Índia) → Comerciantes¹²⁹ em Antuérpia → consumidores. No sentido Inverso o caminho da **prata** era: Capitalistas-comerciantes alemães → Portugal → Ásia.

Portanto, os concessionários do monopólio real traziam as especiarias da Ásia até a Casa da Índia em Lisboa, ou até a Feitoria de Antuérpia após 1508,¹³⁰ e as vendiam a comerciantes sediados principalmente em Antuérpia, que se encarregavam da distribuição. Resta saber se a primeira fase da cadeia (Ásia-Casa da Índia, também chamada de *contrato asiático*) era a mais lucrativa, o que provavelmente acontecia, pelo menos até 1530¹³¹, ou seja, enquanto Portugal manteve o monopólio da compra da pimenta e das especiarias na Ásia. O fato concreto é que os lucros da segunda fase (Casa

¹²⁹ Estes comerciantes, como vinham fazendo desde o século XIII, controlavam o comércio externo de Portugal: “Em 1533, mais de 50.000 peças de tecido saem de Antuérpia com destino a Portugal e Espanha. Os navios da Zelândia e da Holanda tornaram-se senhores da ligação Flandres-Espanha a partir de 1530 [...]” (BRAUDEL, 1998, p. 134).

¹³⁰ Esta feitoria existia antes em Bruges, de onde teria sido transferida para Antuérpia. Sobre a Feitoria de Bruges, diz Azevedo (1988, p. 120) que ela “rematou a transformação da monarquia com fundamento na agricultura em potência comercial. O rei, que era o principal senhorio agrário, era agora também o principal mercador.” A Casa da Índia funcionava no andar inferior do palácio real. “Como qualquer mercador da escola antiga, D. Manuel estabeleceu a residência no local do seu comércio.” (AZEVEDO, 1988, p. 110).

¹³¹ “Na década de 1530, os turcos puderam chegar outra vez ao golfo Pérsico, e a partir de então, declina a participação portuguesa no comércio [com o Levante].” (WALLERSTEIN, 1999, p. 480).

da Índia-consumidores finais, também chamada de *contrato europeu*), não eram apropriados pelos portugueses e sim pelos capitalistas-comerciantes que distribuíam as especiarias. E não o eram porque o negócio da pimenta era uma atividade do Estado, um monopólio real que era exercido na prática pelos nobres investidos dos poderes para atuar como autoridades na Ásia e como comerciantes. Se aceitamos que no caso da pimenta os maiores lucros ficavam no centro, então teríamos mais um elemento para sustentar a hipótese da posição semiperiférica de Portugal.

Assim, quando chega à América, no alvorecer do século XVI, Portugal está na semiperiferia da economia-mundo, enquanto seus territórios ultramarinos podem ser classificados como periferia, tanto pela ausência de Estado, quanto pela drenagem da riqueza que caracterizam a condição colonial. Para o Império Português o contexto mundial será ainda mais desfavorável nas primeiras décadas do século, porque a partir de 1530 Veneza recupera sua posição no mercado de pimenta, de modo que, mesmo Portugal sendo ainda um fornecedor importante, “na nova conjuntura, a pimenta já não é, no mesmo grau, o motor inigualável. Portugal, não conseguiu garantir o monopólio. Houve partilha, quase por igual, com Veneza¹³², e essa partilha, de certo modo consolida-se” (BRAUDEL, 1998, p. 133).

Na segunda metade do século XVI, a economia-mundo vai passar por outras mudanças que alterarão rapidamente as condições em que se darão a competição interestatal e a intercapitalista. Para estas mudanças nos voltaremos agora.

As mudanças na economia-mundo na segunda metade do século XVI: novos e maiores obstáculos para Portugal

Para Portugal, talvez a mudança mais ameaçadora foi o surgimento de poderosos estados territoriais, os quais, durante o século

¹³² O comércio do Mediterrâneo, principalmente oriental, ressurgiu a partir de 1540, “em parte devido à incapacidade portuguesa para controlar o comércio do Oceano Índico em parte a algumas vantagens competitivas venezianas sobre Portugal, e em parte à debilidade portuguesa na Europa, assim como à crise da Espanha nos Países Baixos.” (WALLERSTEIN, 1999, p. 307).

XVI¹³³ se afirmarão como as unidades políticas da era moderna, em substituição ao sistema medieval de governo, que já não podia sobreviver ao “salto qualitativo havido na luta europeia pelo poder desde meados do século XV” (ARRIGHI, 1996, p. 41). Esta reorganização do poder estava mais adiantada no noroeste da Europa, onde o emprego, em proporções variáveis, das lógicas territorialista e capitalista resultou na “formação de mini-impérios compactos cujos melhores exemplos foram os Estados dinásticos francês, inglês e sueco” (ARRIGHI, 1996, p. 41). França, Inglaterra e as Províncias Unidas disputavam entre si e com Portugal as terras do novo mundo. Foi no calor desta disputa e das guerras que elas implicavam que se forjaram os modernos estados europeus¹³⁴, e, mais importante ainda, o sistema interestatal, este já no século XVII.

O aparecimento do Estado Territorial não é uma questão meramente política. Estas entidades não poderiam constituir-se sem uma base financeira cuja criação as colocou definitivamente no centro das atividades econômicas:

Quer tenha pretendido ou não, o Estado se converteu no empresário mais importante do século [XVI]. Dos Estados dependem as guerras modernas, com sua constante e crescente necessidade de efetivos humanos e dinheiro; o mesmo ocorre com as maiores empresas econômicas: *A Carrera de Índias*, com base em Sevilha, a rota entre Lisboa e as Índias Orientais, a cargo da Casa das Índias, quer dizer, do rei de Portugal. (BRAUDEL, 1987, I, p. 596).

¹³³ “Na verdade, os impérios de um tipo ou de outro ainda predominavam na Europa na época da abdicação de Carlos V, em 1557. Neste momento os estados nacionais começaram a ganhar relevância. E conseguiram-no por dois motivos afins: primeiro, a comercialização e acumulação de capital em estados maiores como a Inglaterra e a França reduziram as vantagens na guerra dos pequenos estados mercantis; e segundo, a guerra expandiu-se em custo e em escala [...]. Os esforços dos estados menores para defenderem-se os transformaram, absorveram ou combinaram em estados nacionais.” (TILLY, 1996, p. 270/1).

¹³⁴ “Em essência, os estados nacionais sempre aparecem em concorrência um com o outro, e adquirem as suas identidades por contraste com estados rivais; pertencem a sistemas de estado” (TILLY, 1996, p. 72). Esta é uma parte da explicação que dá o autor para as características dos estados. Tais características são também moldadas nas relações que os formadores dos estados estabelecem com as classes e grupos sociais sobre os quais exercerão seu poder e dos quais extrairão os meios materiais e financeiros necessários à constituição de exércitos e burocracias estatais.

Dada a inseparável relação entre as atividades do estado e da acumulação de capital, as lutas interestatais eram sempre lutas econômicas, na medida em que na maioria das vezes estavam em disputa as rotas comerciais, os territórios produtores de especiarias e de metais preciosos e os povos a serem tributados ou escravizados.

Nos diz Perry Anderson que o balanço do poder europeu no início do século XVI era muito diferente dos séculos anteriores, pois a “Espanha e a França – ambas vítimas da invasão inglesa no período precedente – eram agora monarquias dinâmicas e agressivas, que disputavam entre si a conquista da Itália. A Inglaterra fora rapidamente superada por elas” (ANDERSON, 2004, p. 121). Inconformado com esta situação, o Estado inglês tentou, sem sucesso, recuperar poder e prestígio através de expansões territorialistas, mas no processo sua marinha passou à liderança na utilização “dos grandes navios de guerra, equipados com armas de fogo, que por volta de **1500**, revolucionaram o poder naval na Europa” (ARRIGHI, 1996, p. 190, grifos nossos).

Note-se que esta alteração na correlação de forças nos mares ocorre justamente quando Portugal chega ao Oceano Índico para dominar os poderes locais com uma tecnologia militar marítima inferior àquelas das novas potências ocidentais, inferioridade que se revelará no momento em que estas potências se lançarem sobre as fontes das especiarias.

A ascensão do industrialismo, entendido “como um longo processo, que remonta a meados do século XVI e prossegue até o triunfo final do Estado industrializado, no fim do século XIX” (NEF, 1934, p. 22-3, *apud* ARRIGHI, 1996, p. 193), também dever ser mencionada entre as mudanças iniciadas na segunda metade do século XVI e que, ao se consolidarem atuariam como dissolventes do mundo conhecido por Portugal. Nesta primeira fase (segunda metade do XVI), o industrialismo gerou novos centros manufatureiros na Inglaterra e nos Países Baixos¹³⁵ Não menos importantes nas

¹³⁵ A guerra entre os Habsburgo e os Valois (1521-29) desarticulou a economia de Antuérpia, mas após a paz de Cateau-Cambrésis (1559), apesar de reveses no comércio e nas finanças, “Antuérpia procurou e encontrou a sua salvação na indústria. Os capitais, como já não encontrassem pleno emprego na atividade comercial ou nos empréstimos públicos, voltaram-se para as oficinas. Verificou-se um progresso extraordinário, em Antuérpia e nos Países Baixos, da indústria de panos, dos tecidos e das tapeçarias.” (BRAUDEL, 1998, p. 137).

fases seguintes da economia-mundo, foram a adoção do princípio da moeda forte, a ordenação das finanças estatais e a estabilização da libra entre 1560-61, medidas que junto “com a subsequente criação da Real Bolsa de Valores [...] marcaram o nascimento de um novo tipo de ‘aliança memorável’ entre o poder do dinheiro e poder das armas. Marcaram o início do nacionalismo nas altas finanças”(ARRIGHI, 1996, p. 195).

Se é verdade que nesta época o Estado inglês não tinha nem condições nem disposição para disputar a supremacia europeia com a Holanda não o é menos que todas estas inovações não só colocavam em novos termos a competição interestatal e intercapitalista – levantando sérios desafios a estados essencialmente territorialistas como Portugal – como também preparavam a Inglaterra para superar seus concorrentes quando a Holanda declinasse, além, é claro, de terem contribuído para este declínio.

Vamos resumir o que até agora tentamos expor. Em que pese a disposição para o comércio e a tolerância com os comerciantes que se observa desde pelo menos a refundação do Estado português pela dinastia Avis em 1385, e que também se expressou na conquista de Ceuta (1415) e em toda expansão ultramarina, até o auge desta em 1530, esta expansão e as vantagens decorrentes se sustentaram em instituições políticas e econômicas fortemente medievais, como também em técnicas marítimas que estavam sendo superadas rapidamente. Neste mesmo período, em regiões com as quais Portugal mantinha estreito contato, aconteciam transformações revolucionárias: o surgimento do capitalismo como sistema social e estados territoriais poderosos e dispostos a adotar práticas capitalista para aumentar seu poder. Como dissemos, todas as conquistas territoriais e econômicas lusitanas acabavam de uma maneira ou outra, contribuindo para o fortalecimento das estruturas capitalistas em outros estados, estruturas que em seus territórios o estado português teimava em sufocar. Por exemplo, o açúcar dos Açores que era exportado desde a década de 1460 para Bruges, passa a sê-lo para Antuérpia, onde, entre 1535-37 “constituem-se manufaturas em novos ramos: refinarias de sal e de **açúcar** [...]” (BRAUDEL, 1998, p. 134, grifos nossos).

Em meio a todas estas mudanças, os portugueses chegaram às terras americanas em 21 de abril de 1500. Na próxima seção vamos ver como estas terras foram inseridas na economia-mundo.

A incorporação do território americano à economia-mundo através da cadeia mercantil do açúcar

Durante praticamente trinta anos, o único empreendimento econômico digno de nota na América Portuguesa foi a extração da madeira tintorial chamada pau-brasil. A Coroa arrendou o negócio a consórcios de comerciantes que conseguiam que os ameríndios, em troca de ferramentas de metal e outros objetos, cortassem e trouxessem a madeira até o porto. Entretanto, como vimos antes, o processo de constituição das novas e agressivas potências europeias, – principalmente a França – extravasava para as latitudes americanas, o que instou a Coroa Portuguesa a ocupar de fato suas possessões no Novo Mundo¹³⁶. E fê-lo, dividindo, em 1534, o território a ela pertencente em 14 lotes, cada um medindo entre 30 e 100 léguas (uma légua equivalendo a 6,6 km) no sentido Norte-Sul e com extensão limitada pela linha imaginária do tratado de Tordesilhas no sentido Leste-Oeste. Foram criadas 14 capitanias, doadas em caráter hereditário a 12 capitães-donatários, que tinham amplos poderes em suas respectivas capitanias e tinham por obrigação povoar, cultivar e proteger as terras recebidas, resguardando-as de invasores estrangeiros.

Como se sabe, somente duas capitanias prosperaram, basicamente em função da produção de açúcar, cujo desenvolvimento inseriu firmemente a América portuguesa na cadeia mercantil do açúcar, contribuindo assim para fortalecer a economia-mundo, cujas mudanças políticas e econômicas passariam a determinar os processos no território americano.

Na próxima subseção vamos apontar as mudanças mais salientes provocadas na América portuguesa por sua inserção na cadeia mercantil do açúcar.

¹³⁶ “Não era só o temor de corsários franceses e visitas ambiciosas de castelhanos, que voltavam a atenção de portugueses para o Brasil. Também o surto econômico-financeiro, o entusiasmo por negócios além-oceano, notícias trazidas de metais preciosos nos domínios de Carlos V e mais fatores oriundos das mesmas causas despertavam interesse para regiões americanas, que circunstâncias várias tinham impedido de devidamente apreciar.” (PRADO, 2007, p. 112).

a) O potencial analítico da cadeia mercantil¹³⁷

O alcance espacial de uma economia-mundo é dado pela variedade e extensão de suas redes de produção e troca, que em linguagem mais técnica Wallerstein e Hopkins (2000) denominaram “cadeias mercantis” (*commodity chains*). Com este conceito os autores designam “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho.” (WALLERSTEIN; HOPKINS, 2000, p. 221). Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final.

As cadeias mercantis constituem uma peculiar divisão mundial do trabalho e o conceito de divisão do trabalho é, por sua vez, um dos pilares de toda a argumentação de Wallerstein, porquanto é precisamente a existência de diferentes atividades (a divisão técnica do trabalho), em diferentes regiões (divisão espacial do trabalho) realizadas por diferentes grupos étnicos (divisão étnica do trabalho) com diferentes remunerações (desigualdade de renda) que permitiu o florescimento da economia-mundo europeia. Um aspecto da divisão técnica do trabalho é o emprego de diferentes formas de controle do trabalho (expressão que Wallerstein usa para designar o que na sociologia conhecemos por relações de trabalho), as quais implicam e mesmo dão lugar a estratificações políticas, econômicas e sociais, “que por sua vez tiveram diferentes consequências políticas para os “Estados”, quer dizer, para as arenas da ação política” (WALLERSTEIN, 1999, p. 118). Como veremos, estas divisões ocorreram na cadeia mercantil do açúcar: atividades de refino e comercialização, mais rentáveis e provavelmente empregando trabalho assalariado, na Europa; atividades de plantio e processamento primário, menos rentáveis e utilizando trabalho forçado, na colônia. Esta segmentação na cadeia mercantil é o que vai caracterizar estes dois espaços, respectivamente, como centro e periferia da economia-mundo.

¹³⁷ Baseado em Vieira (2010).

O conceito de cadeia mercantil também impede separar o que a busca do lucro e do poder uniram e, ao mesmo tempo, força situar num mesmo *continuum* governantes, negociantes, consumidores e trabalhadores dos vários espaços ou jurisdições políticas onde estão localizadas as atividades em que se decompõem os processos de produção, comercialização e consumo de uma mercadoria.

Para o Estado português e para os capitalistas-comerciantes a eles associados, a implantação de alguns nódulos da cadeia mercantil do açúcar na América portuguesa foi a continuação – em outro espaço geográfico – de uma atividade iniciada no Arquipélago da Madeira, em mais ou menos 1450¹³⁸, depois nos Açores e, por último, em São Tomé.¹³⁹ Em termos técnicos, alguns nódulos da cadeia, mais precisamente, a plantação da cana e sua transformação em açúcar, foram transferidos de um território português para outro. Outros nódulos e atividades – tão necessários e importantes quanto a plantação da cana e o fabrico do açúcar – eram realizados em outras partes do mundo por agentes não portugueses. Tal era o caso do transporte, da comercialização, do financiamento e do consumo, assim como o fornecimento de muitos dos insumos, dos equipamentos e da mão de obra. Também o refino do açúcar era levado a cabo fora da colônia e da metrópole.¹⁴⁰

b) As consequências da implantação na América Portuguesa da cadeia mercantil do açúcar

Obra dos capitães donatários com a participação direta de capitalistas comerciantes de várias nacionalidades, e com o apoio do estado

¹³⁸ Talvez mesmo antes, no Algarve, pois “no começo do século quinze, encorajados pela Coroa Portuguesa, os genoveses tentaram implementar a produção de açúcar no Algarve.” (PEREIRA, 1995 *apud* GALLOWAY, 2005, p. 34).

¹³⁹ Sobre a relevância da experiência obtida em São Tomé para a agromanufatura do açúcar na América Portuguesa ver, entre outros, Schwartz (1988).

¹⁴⁰ O desenho da cadeia mercantil do açúcar e da distribuição global de seus nódulos encontra-se em Vieira (2010).

português, esta transferência se consolidou entre 1534 e 1570¹⁴¹, principalmente nas Capitanias de Pernambuco e Bahia, de modo que de 1570 “até a metade do século XVII, os açúcares brasileiros dominaram o mercado europeu” (SCHWARTZ, 2004, p. 161). De acordo com Jean Martiné, neste ano, enquanto São Tomé fornecia 70% do açúcar que aportava em Antuérpia, o Brasil enviava 15%, percentual que subiu para 86% em 1590-99, caindo o número de São Tomé para 2% (STOLS, *apud* SCHWARTZ, 2004, p. 260). Quais foram suas principais consequências?

Em primeiro lugar, o sucesso da produção de açúcar atraiu para a colônia um número crescente de portugueses e como já vimos, também o Estado português, o qual, como fazia na metrópole, procurou controlar as transformações que a acumulação capitalista provocaria na sua colônia. Ora, os colonizadores portugueses carregavam consigo os valores, práticas, técnicas e mesmo instituições¹⁴² de uma sociedade medieval na qual a estratificação e a desigualdade estavam organizadas em termos de ordens ou estados. Para nossos propósitos, por agora é suficiente saber que “a nobreza dominava a sociedade e determinava padrões de desempenho e de comportamento [...] [e] em certo sentido, definia-se a nobreza por aquilo que a pessoa não fazia. Dedicar-se a trabalho braçal, ser dono de loja, artesão e outras ocupações ‘inferiores’ era para os plebeus.” (SCHWARTZ, 1988, p. 210)¹⁴³ Para eles, a colônia era uma oportunidade para acumular cabedais com o fito de retornar à terra-mãe¹⁴⁴ e ascender na hierarquia social, o que, sinteticamente,

¹⁴¹ Para uma quantificação da evolução do número de engenhos e do volume produzido ver, entre outros, Ferlini (2003), Mauro (1997) e SCHWARTZ (1988; 2004).

¹⁴² “Vibra, nas normas jurídicas que orientaram a distribuição do solo aos colonos, a velha lei consolidatória de D. Fernando I (provavelmente) de 1375 [...]” (FAORO, 2008, p. 146).

¹⁴³ “Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos [ibéricos] é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho. [...] É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobiliante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia.” (HOLANDA, 1986[1936], p. 9).

¹⁴⁴ Alencastro (2010) faz uma distinção entre homem colonial e homem ultramarino. Enquanto o primeiro acumula nas colônias para desfrutar em Portugal, o segundo circula e acumula em várias partes do reino, mas fixa-se numa delas, onde investe seus capitais e ascende socialmente. A América é onde mais se verificou a segunda opção.

significava se tornar um nobre, investir em bens raízes e viver de rendas próprias e do estado.¹⁴⁵

Para o Estado português, tal como estava constituído, tratava-se de aumentar as fontes de receita e, ao mesmo tempo, manter sob rígido controle todos as classes sociais, o que exigia conter os impulsos individualistas, tanto no plano político quanto no econômico, principalmente neste último, porque, como sabemos e certamente também o sabiam os dirigentes estatais e a nobreza portuguesa, a expansão da economia de mercado e do capitalismo fatalmente criariam, além da burguesia capitalista, novas classes – assalariados e as classes médias – cujas demandas políticas acabariam por revolucionar o próprio estado.

Mas as ações dos indivíduos e do estado seriam determinadas e/ou condicionadas, como já dissemos, pelas respectivas posições nos nódulos da cadeia mercantil do açúcar transplantados para as terras americanas, ou mais exatamente, pelas características econômicas, técnicas e sociais e pelas lucratividades destes nódulos. As características mais marcantes destes nódulos e que condicionaram as ações estatais e privadas foram a produção para exportação, o latifúndio e o trabalho escravo, que em conjunto, possibilitavam grandes volumes de produção¹⁴⁶ e de lucros,¹⁴⁷ que eram maiores nos nódulos controlados pelos capitalistas-comerciantes localizados na Europa.

Parece-nos que a escravidão, que pode ser considerada a relação mais desigual entre dois seres humanos¹⁴⁸, conformou toda a ordem econômica,

¹⁴⁵ Para uma análise da preferência da elite mercantil luso-brasileira pelos bens raízes e pelo *modus vivendi* aristocrático nas primeiras décadas do século XIX, ver Fragoso e Florentino (2001).

¹⁴⁶ Não deve ser negligenciado o fato de que a produção do açúcar na colônia americana aumentou significativamente a oferta na Europa, contribuindo para diminuir os preços, aumentar a demanda e provocar mudanças importantes nos hábitos alimentares e culturais. Ver a respeito, Stols (2004).

¹⁴⁷ Analisando a contabilidade de alguns engenhos baianos, Schwartz (1988) concluiu que a maioria dos proprietários eram remediados e não abastados senhores, como afirmou Furtado (1995).

¹⁴⁸ Como qualquer outra relação humana, a relação escravo-senhor é definida ou estruturada pela proporção de poder que cada uma das partes tem sobre a outra. Neste sentido, a relação de escravidão se distingue das demais 1) pela extrema desproporção de poder que envolve e também pelo volume e forma de coerção necessário para criar e manter a relação; 2) pelo caráter

política, social e mesmo cultural da colônia. Considerado um não ser social¹⁴⁹ e uma espécie sub-humana,¹⁵⁰ o escravo era normalmente tratado como não merecendo – e não precisando – receber alimento, roupa e abrigo em quantidades e qualidades equivalentes às dos trabalhadores livres. Além dessa condição inerente à natureza da escravidão, quando esta é a base de uma economia essencialmente exportadora, a tendência ao rebaixamento das condições de reprodução do trabalhador-escravo é reforçada pela própria lógica capitalista da atividade. Sendo a demanda totalmente externa, o trabalhador-escravo é visto pelo dono dos meios de produção somente como um custo, que deve – e pode – ser reduzido ao mínimo, porque a expansão da agromanufatura do açúcar não precisa dele como consumidor. E dado que a subsistência deste trabalhador é obtida na própria unidade açucareira ou via importação, não há outros empresários prejudicados pelo baixíssimo consumo dos escravos. Em suma, produção para exportação e escravidão se reforçavam mutuamente.

A escravidão e a produção para exportação se conjugaram com o latifúndio. Como o escravo é destituído de qualquer propriedade – inclusive de seu corpo – obviamente o suposto da distribuição da terra o excluía completamente. Como decorrência, deve ter parecido perfeitamente “natural” que as classes dominantes gozassem do monopólio da terra, o bem fundamental numa sociedade agrária, tanto para a sobrevivência material quanto para a participação na vida política. Se inicialmente este monopólio supunha o escravo,

individualizado da coerção. Na medida em que o escravo estava despossuído de poder frente a outro indivíduo, a despossessão é a alternativa à morte, em geral violenta. Contudo, se ao aceitar a escravidão o indivíduo permaneceu vivo, ao mesmo tempo ele perdeu todos os laços materiais, afetivos e sociais com a terra e a comunidade natais. Ver a respeito, Patterson (1982).

¹⁴⁹ Seguindo a Patterson, no âmbito das relações pessoais, a escravidão pode ser definida como “a dominação permanente e por meio da violência, de pessoas desonradas e desenraizadas espacial e socialmente (*naturally alienated*).” (PATTERSON, 1982, p. 13 itálicos no original).

¹⁵⁰ Se Patterson (1982) destaca a questão do poder, Davis (2006) considera crucial na caracterização da escravidão a dimensão objeto de propriedade (*property chattel element*), que seria uma consequência da animalização ou bestialização dos escravos. A tendência de negar que os escravos são dotados de todas as características humanas, permite aos senhores sobrecarregá-los com esforços físicos comumente atribuídos aos animais de carga (DAVIS, 2006).

quando este foi substituído pelo trabalho livre, a lógica da distribuição desigual não se alterou significativamente, no mínimo no século seguinte ao fim da escravidão¹⁵¹.

Resta ainda mencionar mais um traço estrutural da economia e da sociedade coloniais que decorre da produção para a exportação e também da natureza do Estado e da economia em Portugal. Como vimos, a autopreservação do Estado português obrigava-o a conter a acumulação de capital e as mudanças que o livre desenvolvimento da lógica capitalista provoca em todos os âmbitos da vida econômica, política e cultural. Nisto, o estado se aliava à nobreza e ao clero, que compartilhavam esta ojeriza ao programa burguês. Estas características do Estado português se expressavam na colônia através da quase obsessão com a cobrança de impostos, com a preocupação em controlar e legislar sobre tudo e evitar o florescimento de atividades econômicas autônomas que pudessem se desenvolver ao lado e mesmo conectadas à economia exportadora e que dariam lugar ao surgimento das classes médias – comerciantes, artesãos e pequenos industriais – que provocariam mudanças políticas e sociais. Nunca é demais lembrar que a ação estatal se dava sobre uma economia escravista exportadora, que dificultava ou mesmo impedia o florescimento de uma economia de mercado, o que também era obstaculizado pela ação dos capitalistas-comerciantes (portugueses ou não) que intermediavam a oferta (do açúcar) e a demanda (suprimentos e mão de obra) geradas pela agromanufatura do açúcar na colônia¹⁵².

Ainda que esquematicamente, esperamos ter evidenciado que a inserção do território americano na cadeia mercantil mundial do açúcar liderada por capitalistas-comerciantes europeus, ao ser realizada através do

¹⁵¹ A não realização de uma Reforma Agrária e a existência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra sustentam esta afirmação.

¹⁵² Celso Furtado (1995, p. 55) menciona os interesses dos exportadores holandeses e portugueses que se beneficiavam “dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar” e também “a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.”

trabalho escravo, do latifúndio e da produção para exportação, gerou uma sociedade com altíssimos graus de desigualdade e de eficiência econômica¹⁵³ fortemente controlada pelo Estado português, e cuja contraparte foi o apenamento do mercado, que só passou a ser significativo na segunda metade do século XVIII. Além da economia escravista primário-exportadora, a insignificância do mercado também se devia à ausência, por razões óbvias, de uma das forças propulsoras do mercado nacional, o Estado. Por sua vez, o Estado lusitano, por suas características estruturais, não era proclive à prática do mercantilismo, dado que sua seiva vital sempre foi o comércio de longa distância. Por isso também não desenvolveu, mesmo no território metropolitano, um forte mercado interno, cuja inexistência certamente ajudou a debilitar o próprio Estado, pois, Estado nacional forte e mercado nacional não são fenômenos separados.¹⁵⁴

A condição colonial, o trabalho escravo, a transferência de excedente para o centro, caracterizam a colônia americana como periferia. Ao longo dos séculos de expansão da agro-manufatura do açúcar¹⁵⁵ esta posição foi reforçada, como veremos na próxima seção, por mudanças ocorridas na economia-mundo capitalista nas duas últimas décadas do século XVI conjugadas a uma conjuntura política específica de Portugal.

As Províncias Unidas e a consolidação da economia-mundo capitalista

Sob a liderança de Amsterdam, a economia-mundo capitalista vai passar por uma segunda fase de consolidação e de expansão, tanto em termos

¹⁵³ O açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira [...] porque os princípios em que se assentou a sociedade açucareira foram amplamente compartilhados, adaptáveis a novas situações e sancionados pela Igreja e pelo Estado (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

¹⁵⁴ Ver a respeito o capítulo 4 de Braudel (1995, p. 265) que escreve: “Não é de estranhar que tenha havido necessariamente na origem do mercado nacional uma vontade política centralizadora: fiscal, administrativa, militar ou mercantilista.”

¹⁵⁵ Até ser superado pelo café na primeira metade do século XIX, o açúcar foi o mais importante produto de exportação da colônia portuguesa da América.

quantitativos quanto qualitativos. Os capitalistas passam a dirigir um estado mais poderoso que as cidades-Estado italianas, e ao mesmo tempo introduzem inovações revolucionárias nas práticas políticas (gestão do estado e da guerra) e econômicas. Nestas últimas, as inovações nas técnicas comerciais, industriais e financeiras estenderão para as Américas, África e Ásia as cadeias mercantis comandadas desde Amsterdam, o que, por um lado, criará oportunidades para as potências rivais, e por outro, imporá constrangimentos para os estados atrasados. Na continuação, resumiremos este processo.

Enquanto Portugal expandia suas conquistas para a África, Ásia e América, os flamengos consolidavam sua supremacia no Báltico¹⁵⁶, que era “uma espécie de América ao alcance da mão.” (BRAUDEL, 1998, p. 189). Devido principalmente à superioridade “nas questões técnicas do desenho naval e organização industrial” (PARRY, 1967, p. 189, *apud* WALLERSTEIN, 1988, p. 68), os holandeses se adiantam aos ingleses, franceses e hanseáticos e expandem suas redes comerciais para o sul da Europa e chegam ao Mediterrâneo:

Já em 1530, no máximo em 1550, as urcas flamengas asseguram majoritariamente os tráficos entre o Norte [da Europa] e **os portos de Portugal** e Espanha. Logo transportarão cinco sextos das mercadorias trocadas entre a península Ibérica e o Atlântico norte. (BRAUDEL 1998, p. 189, grifos nossos).

Nesta altura, Portugal ainda não reexporta para a América porque a ocupação é incipiente, mas começará a fazê-lo praticamente daí pra diante. Em todo caso, “Espanha e Portugal não poderiam sobreviver na paz ou na guerra sem os cereais e outros produtos do Báltico transportados por navios holandeses, e a prata espanhola fluía em grandes quantidades para Amsterdam, que pela metade do século [XVII] tinha se tornado the *European bullion market*” (DAVIS, 1973, p. 183).

¹⁵⁶ “By 1500 the Dutch had become leaders in the Baltic trade and were steadily increasing their share of it.” (DAVIS, 1973, p. 178).

Outra mudança fundamental foi a bancarrota financeira do Império Espanhol em 1557, seguida do início da Revolução Batava (1559), que redundou na criação da República das Províncias Unidas (PU) em 1579, ano em que, tentando reconquistar o Marrocos, morreu D. Sebastião, o rei português. Este foi um acontecimento significativo, pois a crise sucessória deu ensejo a que a Espanha anexasse Portugal em 1580¹⁵⁷, dando lugar ao que a historiografia conhece como União Ibérica. Como a guerra entre as PU e Espanha perdurou até 1648, a União Ibérica fez com que Portugal e sua Colônia americana fossem diretamente envolvidos nos conflitos hispano-holandeses.

Todos estes acontecimentos iniciaram uma nova fase na economia-mundo. No decorrer da crise gerada pela bancarrota de Felipe II, além de Antuérpia perder sua posição de centro comercial e financeiro da economia-mundo, “em toda a Flandres, a crise reforça tendências calvinistas, principalmente entre os trabalhadores especializados” que são reprimidos pelo governo espanhol e migram para países protestantes. “Em 1585 sobreveio o afundamento da indústria e do comércio de Flandres [...] a revolta dos Países Baixos, que combinava agitação política e social que se seguiu a este desastre, criou a base política viável na metade norte¹⁵⁸ dos Países Baixos para seu papel como centro do comércio mundial a partir do fim do século XVI” (WALLERSTEIN, 1999, p. 262/3).

A vitória das Províncias Unidas sobre o Império Espanhol acabou por consolidar o Estado Nacional como a unidade política da economia-mundo capitalista, o que ficaria formalmente estabelecido em 1648 no Tratado de Westfália. Como decorrência, emerge o sistema interestatal, de importância

¹⁵⁷ Merece ser sublinhado que no contexto de estados dinásticos que eram Portugal e Espanha, casamentos entre nobres dos dois reinos eram bastante comuns. Felipe II, rei de Espanha, era filho de uma rainha portuguesa. Daí que, “a união peninsular, apesar de rejeitada e temida por muitos, não pode deixar de estar no horizonte das dinastias ibéricas. [...] Só não se adivinhava quando, nem a benefício de quem, embora o poder dos Habsburgos se destacasse cada vez mais.” (RAMOS *et al.*, 2010, p. 256).

¹⁵⁸ A parte sul, os Países Baixos, que permaneceu fiel à Espanha, corresponde mais ou menos à Bélgica atual.

transcendental, porque cria laços e compromissos políticos e jurídicos entre os estados, que “ficariam entrelaçados em uma situação constante de tensão econômica e militar, competindo pelo privilégio de explorar as áreas periféricas (e debilitar seus aparelhos estatais), e permitindo a certas entidades jogar um papel intermediário especializado como potências semiperiféricas” (WALLERSTEIN, 1999, p. 279). Ao mesmo tempo, Espanha, Portugal, e outras partes da Europa, caíram para uma situação periférica.¹⁵⁹

Se Braudel (1998, p. 279) está correto ao afirmar que para a Holanda “o essencial ficou resolvido antes de 1585”¹⁶⁰, podemos dizer que as décadas de 1580 e 90 foram de consolidação das bases do que viria ser a hegemonia¹⁶¹ holandesa sobre a economia-mundo:

In the 1590s, at the same time that de Dutch ships first penetrated to the Mediterranean Sea and Indian Ocean, they also began trading in Equatorial West Africa, South America, and the Caribbean. (DE VRIES; DER WOUDE, 1997, p. 396).

¹⁵⁹ “No século XVII, muitas áreas semiperiféricas perderam terreno – Espanha, Portugal, a antiga espinha dorsal da Europa (desde Flandres passando pela Alemanha ocidental e meridional, até o norte da Itália), porém outras tantas ganharam, em especial Suécia, Brandenburgo-Prússia e as colônias “setentrionais” da América do Norte britânica (Nova Inglaterra e as colônias do Atlântico médio).” (WALLERSTEIN, 1998, p. 248).

¹⁶⁰ “[...] o autor do impulso suplementar que colocaria Amsterdam na primeira fila, uma vez mais foi a Espanha, destruindo o sul dos Países Baixos, onde a guerra se prolongou, retomando Antuérpia, em 18 de agosto de 1585, destruindo, sem querer, a força viva da concorrente de Amsterdam e fazendo da jovem República o ponto de reunião obrigatório da Europa protestante, deixando-lhe, ainda por cima, um amplo acesso à prata americana.” Para avaliar a relevância da prata para o sucesso holandês é mister saber que um pouco antes Braudel havia dito: “com toda a evidência a fortuna da Holanda foi construída a partir do Báltico e da Espanha ao mesmo tempo.” (BRAUDEL, 1998, p. 192).

¹⁶¹ Wallerstein (1998, p. 52), entende por hegemonia a condição em que um estado do centro tem uma eficiência econômica superior à dos outros estados centrais, condição que faz do estado hegemônico o maior beneficiário de um mercado mundial inteiramente livre e que permite que esta superioridade, por um breve período de tempo, seja “simultaneamente [...] produtiva, comercial e financeira sobre todas as outras potências do centro.” A Holanda teria desfrutado desta posição “provavelmente entre 1625 e 1675”. (idem) Como sabemos, Arrighi (1996) usa o termo hegemonia para designar a liderança moral, política, militar e econômica exercida por um estado sobre o sistema mundial. Para ele a hegemonia holandesa teria vigorado de 1640 a 1780.

Portanto, a partir do controle exercido sobre os tráficos comerciais do Báltico, no final do século XVI, os capitalistas flamengos – sediados principalmente nas Províncias da Holanda e da Zelândia - haviam estendido suas operações para todo o mundo, com exceção da Ásia, a fonte das especiarias, que seria seu próximo alvo. Puntoni (1999) observa que a decisão de atacar diretamente as fontes das especiarias se deu no contexto da guerra econômica através da qual a Espanha pretendia dobrar as Províncias Unidas. Este pode ter sido mais um motivo para que os comerciantes holandeses, insatisfeitos com os altos preços das especiarias, decidissem que já era tempo de deixarem de ser intermediários dos portugueses, agora súditos do rei espanhol¹⁶². Além disso, tinham percebido que “o sistema colonial português era claramente fraco, economicamente tentador e um alvo político adequado”. (DE VRIES; DER WOUDE, 1997, p. 383). Avaliação semelhante é feita por Rich (1967, p. XII, *apud* WALLERSTEIN, 1999, p. 285), para quem a “administração e as técnicas financeiras portuguesas” não estavam à altura das possibilidades de negócios na e com a Ásia.

Conscientes da fragilidade portuguesa, de cujas práticas na Ásia estavam bem informados, e tendo provado serem inteiramente capazes de estender suas redes comerciais por quase todo o mundo, por volta de 1595, um grupo de comerciantes holandeses decidiu ir para a ofensiva. Várias expedições foram enviadas sem sucesso marcante até que, em 1597, Jacob van Neck empreende uma exitosa expedição, que patenteia a debilidade dos portugueses, coloca os ingleses como secundários na Ásia e aumenta de tal maneira a oferta de pimenta que derruba os preços a ponto de arruinar seus concorrentes holandeses¹⁶³ (DE VRIES; DER WOUDE, 1997, p. 383). A

¹⁶² A monarquia portuguesa, que detinha o monopólio das especiarias, concedia o direito de exploração a determinados comerciantes. Em 1591, o concessionário era um consórcio formado por comerciantes de várias nacionalidades (alemães, italianos e portugueses baseados em Antuérpia), que forneciam para os comerciantes holandeses através de seus agentes em Amsterdam e Middelburg, embora o porto preferido fosse Hamburgo (DE VRIES; DER WOUDE, 1997, p. 383).

¹⁶³ Davis (1973, p. 183) confirma esta análise. Os holandeses chegaram ao Oceano Índico preparados para lutar e bem informados sobre os portugueses, que há muito se sentiam seguros e por isso operavam com navios praticamente sem defesa. A superioridade militar batava foi suficiente para excluir portugueses e ingleses das praças mais rentáveis e também para “aterrozar os nativos”, obrigando-os a negociar nos termos propostos.

obsessão para entrar no negócio estimulou 14 frotas privadas com 65 navios no total, entre 1598-1602. No entanto, a percepção de que a intensa competição ameaçava ser destrutiva, provocou a intervenção dos Estados Gerais, do Grande preverendário Johan van Oldenbarnevelt e de Maurício de Nassau, no sentido de unificar os esforços, o que levou à criação, em 20 de março de 1602, da *Verenigde Oostindische Compagnie* - VOC, a Companhia das Índias Orientais. “A partir de então,” afirma Braudel (1998, p. 194), “passou a haver uma só política, uma só vontade, uma só orientação nos assuntos da Ásia: a da companhia que, verdadeiro império, colocou-se sob o signo da expansão contínua.” Comentando esta inovação organizacional, Arrighi (1996, p. 159, grifos PAV) conclui que a nova empresa...

[...] combinou o que os portugueses já haviam levado para o oceano Índico (um poderio naval superior e um vínculo organizacional direto com os mercados europeus de produtos orientais) com o que faltara à iniciativa ibérica, a saber: a obsessão com o lucro e com a “economia”, em vez da cruzada; a evitação sistemática de envolvimento militares e aquisições territoriais que não tivessem uma justificativa direta ou indireta na “maximização” do lucro”.¹⁶⁴

Aliás, a capacidade para inovar parece ter sido um dos fatores do sucesso holandês e foi destacada por vários historiadores. Este aspecto da inovação nos interessa sobremaneira pelo contraste com as práticas lusitanas, que, por serem típicas do Antigo Regime, são conservadoras e evitam a todo custo as inovações. Por isso, podemos qualificá-las de anticapitalistas. Wallerstein (1998, II, p. 52) mostra que o sucesso na pesca do arenque e do bacalhau envolveu a invenção, por volta de 1400, de um novo barco, o *Haringbuis* ou *Buss* e que a supremacia no Mar Báltico estimulou a eficiência na construção naval. Mas os holandeses eram também os mais eficientes

¹⁶⁴ Analisando o comércio português de especiarias, Lane (1979, p. 19/20) concluiu que a opção de basear o comércio no uso da força – elevando os custos de proteção dos concorrentes – aumentou a renda do estado no curto prazo. Ele calcula que, no longo prazo (50-100 anos), uma política comercial mais pacífica seria mais vantajosa. Daí que a via seguida pelos portugueses “não oferece um caso claro de sucesso de uso da força para aumentar a prosperidade da nação.”

na agricultura, o que é espantoso, considerando as condições geológicas da região. Exatamente devido à escassez de terras, desenvolveram a agricultura intensiva, de sorte que Romano (1962, p. 519, *apud* WALLERSTEIN, 1998, p. 56) designou o período 1590-1670 de “século agrícola holandês.”

Christensen (1941, p. 19, *apud* WALLERSTEIN, 1999, p. 301) diz que entre 1590¹⁶⁵ e 1600 “os holandeses criaram um sistema comercial completamente novo.” Esta capacidade para a inovação comercial expressa uma característica distintiva dos capitalistas dos Países Baixos, onde as várias rotas comerciais fluviais, que eram mais concorrentes do que complementares, “enriqueciam territórios independentes, os quais disputavam violentamente entre si para assegurar vantagens fiscais e econômicas do comércio inter-regional.” (DE VRIES; DER WOUDE, 1997, p. 14). Portanto, não estamos na presença de simples comerciantes, mas de verdadeiros inovadores, se temos em mente que “o esforço muito característico do comerciante de procurar novos objetos de troca e novos canais de troca, [...] **faz dele um inovador.**” (HICKS, 1969, 45, *apud* ARRIGHI, 1996, p. 228, grifos nossos). A busca de novos objetos de troca e novos canais de troca, mais a criação de um novo tipo de empresa (a Companhia das Índias Orientais-VOC, por exemplo), deram aos capitalistas holandeses a supremacia no mercado mundial durante todo o século XVII.

Em seu estudo da hegemonia holandesa, Wallerstein (1998, II) destaca a superioridade industrial, que em geral é ofuscada pelo excessivo peso atribuído ao seu sucesso comercial e financeiro e à “Revolução Industrial” britânica, em geral considerada o primeiro caso de sucesso industrial:

Pode-se dizer que, em fins do século XVI, os Países Baixos do Norte estavam em vias de conseguir uma eficiência produtiva que permitiria às Províncias Unidas **transformarem-se por volta de 1600, no principal (claro que não o único) centro de produção da economia-mundo europeia.** No setor agrícola se especializou em produtos que requeriam grande destreza e davam altos lucros, e no setor industrial Holanda se colocou na dianteira da indústria têxtil e construção naval,

¹⁶⁵ “O verdadeiro salto adiante de Amsterdam não ocorreu antes de 1590.” (WALLERSTEIN, 1999, p. 305).

as duas principais indústrias da época, e desempenhou um papel essencial e, às vezes, dominante, em outras indústrias. **Esta eficiência produtiva permitiu às Províncias Unidas criar sua rede comercial e colocar-se como “armazém do mundo”** (WALLERSTEIN, 1998, p. 62, grifos nossos).

Sobre a condição de armazém do mundo, Braudel (1996, pg.199) diz que a grande quantidade de mercadorias comercializadas pelos holandeses em portos da Índia e da China “engrenam-se num sistema coerente, baseado, tal como na Europa, na eficácia das ligações marítimas, do crédito e dos adiantamentos da metrópole e na procura sistemática de situações de monopólio.” Esta posição de atacadista e monopolista global exige e permite que Amsterdam tenha informações sobre os preços de custo e de venda de uma mercadoria em várias partes do mundo, cuja comparação permite a decisão mais lucrativa. Por exemplo, “o açúcar da China ou de Bengala, por vezes do Sião, depois, a partir de 1637, o de Java, [é] alternadamente pedido ou recusado por Amsterdam, conforme seu preço seja ou não capaz de rivalizar, na Europa, com o do açúcar do **Brasil** ou das Antilhas” (BRAUDEL, 1998, p. 201, grifos nossos).

Para Arrighi (1996, p. 155), a condição da primazia nestas três áreas foi a “internalização prévia e contínua dos custos de proteção pela classe capitalista holandesa, organizada no Estado holandês.” Ao trazer para dentro do estado holandês os meios necessários para exercer a violência, “os holandeses puderam fazer a lógica de ação capitalista influir nos custos de proteção no mundo extra-europeu.” (ARRIGHI, 1996, p. 157). Mas para além desta racionalidade capitalista, o estado holandês precisava ser suficientemente forte para subjugar seus adversários. E o era, com suas particularidades, pois não se tratava de um estado centralizado como a Inglaterra e a França.¹⁶⁶ Ao contrário, apresentava alto grau de descentralização, com as sete Províncias

¹⁶⁶ Dada a proeminência de Amsterdam, pode-se pensar, como faz Braudel (1998, p. 157), que estamos diante do derradeiro caso de uma cidade ser centro da economia-mundo capitalista. A partir daí, só estados nacionais ocupariam este lugar.

(Holanda, Zelândia, Frísia, Groningen, Güeldres, Overijssel e Utrecht) gozando de grande autonomia, o mesmo acontecendo com as cidades de cada província.¹⁶⁷ No entanto, sob a hegemonia da Holanda¹⁶⁸ e de Amsterdam dentro dela, esta estrutura aparentemente instável foi capaz de manter certa paz interna e ser suficientemente coesa e forte na política externa. Tanto no plano militar quanto no político, as Províncias Unidas jogaram um papel destacado na Guerra dos Trinta anos. Foi em Haia, diz Braudel que se “ata[ra]m e desata[ra]m os fios da diplomacia” e também onde foi organizada a intervenção da Dinamarca (1626), da Suécia (1629) e da França (1635). O combate tenaz e vitorioso contra o Império Espanhol valeu às Províncias Unidas a posição de liderança no sistema interestatal formalizado em 1648 pelo Tratado de Westfália¹⁶⁹, o qual, ao sepultar a ideia de um poder acima dos estados nacionais soberanos, deu início a “um novo sistema mundial de governo” (ARRIGHI, 1996, p. 43).

Este Estado estava incondicionalmente a serviço da acumulação capitalista, como expressa um francês cujo depoimento é reproduzido por Braudel (1998, p. 187):

Na Holanda [PU], o interesse do Estado pelas coisas do comércio é o do particular, caminham no mesmo passo [equivale a dizer que o Estado e a sociedade mercante são uma e a mesma coisa, acrescenta Braudel]. O comércio é absolutamente livre, não se ordena absolutamente nada aos mercadores, eles não têm outras regras a seguir que não a dos seus interesses; [...] quando o particular parece fazer por seu comércio qualquer coisa contrária ao Estado, o Estado fecha os olhos e faz de conta que não percebe.

¹⁶⁷ Braudel (1998, p. 167) aponta um efeito colateral positivo desta descentralização que contrasta com Portugal: “A tolerância acabou por se instalar e se reforçar, ao mesmo tempo que as liberdades individuais, favorecidas pela fragmentação da autoridade política.” Sobre a relação da liberdade individual com a acumulação de capital, ver Méchoulan (1992).

¹⁶⁸ A Holanda cobria quase 60% dos gastos do governo e Amsterdam a metade da quota holandesa (WALLERSTEIN, 1998, p. 86).

¹⁶⁹ Tilly (1996, p. 244) termina sua análise do Tratado de Westfália com a seguinte asserção: “Portanto, o término da Guerra dos Trinta Anos consolidou o sistema europeu de estados nacionais.”

Esta aliança entre uma classe capitalista inovadora a ponto de poder ser considerada revolucionária e um estado dotado de grande poder não apenas fez com que esta classe capitalista liderasse e fosse a maior beneficiária dos processos de acumulação em nível mundial, como também provocou mudanças estruturais na economia-mundo capitalista:

Esta reorganização [pela oligarquia capitalista holandesa] do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, **mas também do capitalismo como sistema mundial**. (ARRIGHI, p. 1996, grifos nossos).

Parece-nos necessário chamar atenção para a parte grifada da citação. Arrighi está dizendo que a criação – sob a liderança da burguesia holandesa - de um sistema interestatal favorável à acumulação de capital fez com que, de sistema social histórico – surgido na primeira metade do século XIV quando as classes capitalistas das cidades-estado italianas passaram a controlar também os respectivos aparelho estatais - , o capitalismo se transformasse em sistema mundial. Em outras palavras, o princípio capitalista do lucro máximo (para Braudel e Arrighi) ou da acumulação incessante de capital (Wallerstein) passa a ser legitimado e favorecido pelos estados individualmente e pelo sistema interestatal. Em uma linguagem menos formal, diríamos que a partir de então (1648), o capitalismo se consolida como a forma de organização econômica, por dizer assim, oficial, do sistema interestatal, e contará com o apoio do estado para moldar a vida social à sua imagem e semelhança e, não menos importante, punir os recalcitrantes, sejam indivíduos, organizações ou mesmo regiões inteiras, incluindo, é claro, países.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Nesta perspectiva, a criação do sistema interestatal parece ter sido decisiva para que o sistema social chamado capitalismo histórico (WALLERSTEIN) atingisse o grau de organização “no qual aqueles que operaram segundo essas regras [acumulação incessante de capital] produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 18).

Portugal e sua Colônia americana no processo de consolidação da economia-mundo capitalista

Acima havíamos visto que, desde a década de 1530, o mercado mundial de pimenta havia mudado, em prejuízo da posição portuguesa. Além disso, em meados do século, uma crise “propaga-se eletricamente pelas super-estruturas mercantilizadas de todo o globo” provocando uma “autêntica viragem de estrutura” no império português (GODINHO, 1983, p. 216), que se viu acossado na Ásia, na África, nos mares¹⁷¹ e na América (o alçamentos dos nativos e o fracasso do sistema de Capitânias). A Feitoria de Antuérpia foi fechada em 1549, provavelmente em decorrência da diminuição do comércio ocorrida entre 1545 e 1550. Nesta conjuntura de diminuição das receitas, agravou-se o déficit do Estado português, que não deixou de existir nem mesmo nos “tempos áureos” da pimenta. (AZEVEDO, 1988). Segundo este autor, primeiro foram os comerciantes a adiantarem os recursos para financiar as frotas das especiarias e também para objetivos militares - e comerciais - que nunca foram separados. Em 1544, as dívidas do rei em Flandres eram maiores que as receitas, o que o obrigava a renovar os empréstimos, até que em 1560, uma lei consolida unilateralmente a dívida (principal e juros), proíbe novos empréstimos e determina que os antigos deixem de render juros. O pagamento seria feito em qualquer lugar do reino quando houvesse recursos (AZEVEDO, 1988, p. 131).

Estamos, portanto, diante de um estado financeiramente débil, que numa conjuntura de encolhimento da participação no comércio de longa distância, já não conta mais com as receitas provenientes das guerras¹⁷², que

¹⁷¹ É tão intenso o corso francês que as viagens marítimas portuguesas estiveram a ponto de serem suspensas em 1552 (GODINHO, 1983).

¹⁷² “As guerras tinham de ser incessantes, por constituírem a principal indústria. Além das presas havia as contas” ou melhor o roubo através das prestações de contas. Os comandantes adiantavam de seu bolso as somas precisas [necessárias], e depois nos relatórios punham cento por dez [...]” (AZEVEDO, 1988, p. 163).

foram importantes, inclusive no negócio das especiarias¹⁷³, e que continuava sendo (o estado) depauperado pela nobreza¹⁷⁴.

Ao mesmo tempo, está deslançando a produção de açúcar na colônia americana, que a partir da década de 1570 passa a depender cada vez mais dos trabalhadores-escravos africanos. O açúcar e os escravos vão ser as principais fontes da riqueza dos comerciantes e do estado português. Num círculo virtuoso para os beneficiados – autoridades e comerciantes envolvidos – e destrutivo para as populações africanas, o aumento da demanda por açúcar puxava a oferta de escravos e esta por sua vez impulsionava aquela, de modo que a partir do terceiro quarto do século XVII, as receitas estatais e privadas na metrópole e na colônia dependerão crescentemente destas duas mercadorias¹⁷⁵, razão pela qual “de oravante a economia portuguesa desenvolve-se sobretudo no quadro do Atlântico” (GODINHO, 1983, p. 219). Sem embargo, esta dependência em relação à África e ao Brasil não é admitida nas altas cúpulas lusitanas, cuja atração pelo comércio talvez impedia ver a produção como fonte de vultuosas riquezas. Ora, a produção do açúcar e de escravos demanda técnicas, instrumentos, conhecimentos e recursos humanos que há séculos são familiares aos portugueses, os quais podem continuar obtendo receitas de um comércio de trânsito, ou seja, de mercadorias – o açúcar, os escravos e todas as outras trocadas pelas duas primeiras - que apenas tocam o território lusitano, não provocando, nem exigindo mudanças nas instituições políticas, econômicas e sociais domésticas¹⁷⁶. Ao assentar-se

¹⁷³ “A verdade é que só à época da conquista a Índia pagava seu custo; não porém das rendas normais de um Estado, mas do eventual, do proveniente das guerras.” (AZEVEDO, 1988, p. 151).

¹⁷⁴ “Índia e África, se empobreciam o Estado, enriqueciam a casta nobre, que desfrutava dos governos, capitanias de fortalezas e armadas, e os proventos inerentes, além do soldo, aos ofícios.” (AZEVEDO, 1988, p. 152).

¹⁷⁵ Em seu esforço para destacar a relevância do tráfico de escravos – e da África - na formação do Brasil, Alencastro (2000, p. 78) parece esquecer que sem açúcar não haveria o tráfico. Por isto, o tráfico não é o principal esteio econômico do Império português do Ocidente e sim o tráfico junto com o açúcar, pois como lucidamente destacava um contemporâneo, “o Brasil leva todo este Reino atrás de si bem como as rendas reais porque sem o Brasil não há Angola”. (NARBONA Y ZÚÑIGA, 1950, p. 169, *apud* MELLO, 2003, p. 29).

¹⁷⁶ “A exportação para as colônias do Ultramar de produtos agrícolas metropolitanos conjugava-se com a nova prosperidade dos tratos brasileiros e angolanos e com a economia salineira

em técnicas e procedimentos que podem ser considerados arcaicos frente às inovações que descrevemos na seção anterior, esta “nova prosperidade” (Godinho) não podia ser mais que de curta duração e inclusive prejudicial, na medida em que elidia a necessidade da mudança.

É justamente durante o processo de viragem para o Atlântico que, no vácuo de poder provocado pela morte de D. Sebastião em 1579, Portugal vai ser anexado ao Império Espanhol. Na grande síntese que faz ao final dos quatro volumes de sua obra magna, e que temos citado, o grande historiador português passa ao largo do virtual desaparecimento do Estado lusitano durante a União Dinástica. Mas este é um acontecimento de enormes consequências e que merece cuidadosa análise, se temos em mente a relevância da formação e expansão dos estados nacionais para a conformação econômica, tecnológica e ideológica (o nacionalismo, por exemplo) do moderno sistema-mundo, e claro, para a posição das várias regiões na hierarquia mundial do poder e da riqueza.¹⁷⁷

Nesta ordem de ideias, o virtual desaparecimento do estado português por um período de sessenta anos provavelmente criou dificuldades ainda maiores para Portugal adaptar suas práticas e instituições políticas, ideológicas e econômicas àquelas que a economia-mundo começava a conhecer sob a liderança das forças capitalistas holandesas, reforçando assim a tendência à periferação. Ademais, apoiada pelos comerciantes cosmopolitas em troca de maior liberdade de ação em um espaço mais amplo e de novas oportunidades comerciais, a ausência de um estado nacional, ela mesma um indicador da condição periférica, suprime o principal agente de criação do nacionalismo político e econômico, que pode ser vislumbrado na revolta dos Países Baixos, onde as classes dominantes, num lampejo de “oposição ‘nacionalista’”, suspeitaram que o espaço de interesse do Imperador Espanhol era muito vasto que os dessas classes (WALLERSTEIN, 1999, p. 289). Como

(graças à qual se obterá a prata de Sevilha por intermédio das frotas nórdicas) para que a economia e a sociedade portuguesa recuperem a prosperidade, sob outra forma embora.” (GODINHO, 1983, p. 219).

¹⁷⁷ Em Vieira (2010) expusemos nossa visão das relações mútuas entre estado, ciência e ideologia enquanto causa e consequência do desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Sobre as relações entre a busca de poder e o avanço da tecnologia na história, o livro clássico é *The Pursuit of Power*, de William H. McNeill.

vimos, em Portugal, além de não existir tal conflito, havia, ao contrário, uma “evolução cultural-ideológica e social” comum entre as classes dominantes ibéricas (GODINHO, 1983, p. 218).

Se este abortamento de sentimentos nacionalistas pode ser tomado como uma conjectura, não o foi a imposição das orientações ideológicas (antissemitismo e o anticapitalismo) e dos interesses geopolíticos castelhanos, que não eram necessariamente os do Estado lusitano, como também parece ter sido o envolvimento na guerra da Espanha contra as Províncias Unidas, com quem, se consideramos os Países Baixos como um todo, Portugal mantinha relações comerciais há séculos.

Pelo seu alcance temporal (1580-1663) e espacial, praticamente o mundo todo,¹⁷⁸ a guerra entre Espanha e as Províncias Unidas debilitou Portugal política, econômica e militarmente. A guerra comercial foi iniciada em 1585, quando Filipe II determinou o confisco de um grande número de navios holandeses ancorados no porto de Lisboa (PUNTONI, 1999, p. 34) e continuou em 1591 com a proibição de qualquer navio estrangeiro negociar em portos do Reino. Não obstante, dados os laços comerciais entre Portugal e os Países Baixos, autoridades e comerciantes lusitanos de tudo fizeram para evadir as proibições espanholas e continuaram fazendo negócios com os batavos¹⁷⁹. No caso do açúcar, os negócios com os Países Baixos vinham desde mais ou menos 1460, primeiro em Bruges, depois em Antuérpia e, após 1585, em Amsterdam¹⁸⁰.

¹⁷⁸ “De 1580 a 1663, a guerra que opôs os Portugueses e os Espanhóis aos Holandeses foi um verdadeiro conflito mundial, cujos teatros de operações se alargaram desde os campos da Flandres e do Mar do Norte até regiões tão afastadas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola, a ilha do Timor e a costa do Chile. Esta guerra era muito moderna, pois os seus desafios eram, antes de mais, econômicos: o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela do Ceilão, a pimenta do Malabar, a prata do México, do Peru e do Japão, o ouro da Guiné, o açúcar do Brasil e os escravos negros da África Ocidental.” (LABOURDETTE, 2008, p. 379). Entre as mercadorias em disputa, cabe acrescentar o sal, matéria-prima essencial para indústria da pesca holandesa e para obtenção de outras mercadorias. Quando deixaram de receber o sal de Setúbal (Portugal), os comerciantes o foram comprar na Venezuela, domínio espanhol.

¹⁷⁹ Para detalhes destes desvios às proibições ver Holanda e Pantaleão (2007), principalmente p. 183 e seguintes.

¹⁸⁰ O açúcar não era, diz Mello (2010, um negócio propriamente holandês, uma vez que era controlado por judeus sefarditas portugueses que, fugindo da inquisição espanhola, se haviam

O processo de transformação das Províncias Unidas em entreposto comercial mundial impunha deslocar Portugal do comércio de especiarias, mas o mesmo não precisava acontecer com o açúcar, pois as respectivas posições na cadeia mercantil – grosso modo, com os portugueses na produção e os holandeses no refino, financiamento e comercialização - já estavam de longa data assentadas, de modo que os últimos não tinham interesse em imiscuir-se na produção. Assim, faz sentido pensar que, na ausência da União Ibérica, seriam menos convincentes os argumentos de parte dos comerciantes holandeses a favor da ocupação dos territórios produtores de açúcar. De fato, o primeiro ataque holandês à América portuguesa ocorreu em 1598, depois que Filipe III autorizou confiscos de navios holandeses cujos tripulantes foram aprisionados (Holanda e Pantaleão, 2007), o que não impediu a continuidade do comércio. O mesmo Felipe III decidiu, em 1605, que todos os comerciantes das Províncias Unidas, incluindo os nascidos em solo lusitano, deviam ser expulsos de Portugal. Não obstante, com a participação de comerciantes de Setúbal e São Miguel dos Açores, os holandeses mantinham um entreposto na Ilha da Madeira, que atendia o Brasil e outras partes.

Puntoni (1999) faz um detalhado estudo da criação da Verenigde West Indische Compagnie –WIC, a Companhia das Índias Ocidentais, de seus interesses e também das disputas entre grupos de capitalistas em torno do controle do comércio de açúcar, ficando evidente que havia quem preferisse o comércio e quem defendesse a guerra¹⁸¹ contra a Espanha e neste caso, a tomada da colônia açucareira da América. Com essa finalidade, que ganhava força com os prejuízos causados pelos embargos comerciais promovidos pela Espanha, os partidários da guerra propuseram, em 1607, criar a

mudado para Antuérpia e daí para Amsterdam quando a primeira cidade foi retomada pelos Espanhóis em 1585. Estes comerciantes, chamados também de marranos, se envolveram desde o início na agromanufatura do açúcar na colônia americana, financiando, produzindo e comercializando.

¹⁸¹ Mello (2010) afirma que atualmente é dado como certo que a WIC não foi criada por iniciativa dos judeus sefarditas e sim de um grupo de comerciantes calvinistas que deixou os Países Baixos Espanhóis depois de 1585, entre os quais Willem Ussenlicx, que liderou o processo de criação da Companhia. Oposto aos comerciantes baseados em Amsterdam que eram propensos ao comércio pacífico, principalmente com Portugal, este grupo, diz Mello (2010, p. 14) “pode ser razoavelmente referido como um partido da guerra.”

Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, mas o projeto perdeu sentido com a assinatura da trégua em 1609. Durante a trégua, informa Mello (2010, p. 13, grifo nosso), “cerca de 50 mil caixas de açúcar, equivalentes grosso modo a 1 milhão de arrobas, desembarcavam anualmente nos portos das Províncias Unidas, suprindo nada menos que 29 refinarias.” A preeminência neerlandesa no comércio com Portugal é também atestada por de Vries e der Woude (1997, p. 397) para quem, em 1609, pelo menos 50% do comércio de Portugal com Brasil era destinado às Províncias Unidas, principalmente Amsterdam. Estes números evidenciam, para o caso de uma mercadoria específica, o açúcar, como o processo de transformação de Amsterdam em Centro Comercial Mundial se fez em detrimento de outros comerciantes e regiões, neste caso, os comerciantes portugueses,¹⁸² que por isso, como observa Labourdette (2008), defendiam a retomada da guerra.

A trégua expirou em abril de 1621 e em junho a WIC já estava constituída.¹⁸³ Em maio de 1624 Salvador foi ocupada até que os portugueses a recuperaram em março de 1625. Em 1630, Recife e Olinda foram tomadas e aí os holandeses permaneceram até 1654, tendo ampliado suas conquistas para as capitanias da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte.¹⁸⁴ Para suprir suas necessidades de mão de obra escrava, tomaram dos portugueses o Forte de São Jorge da Mina (1637) e ocuparam Luanda em 1641, envolvendo-se diretamente no tráfico de escravos¹⁸⁵.

Portanto, além de ver diminuída sua participação no comércio do açúcar durante a trégua, depois dela Portugal perdeu Pernambuco, o maior

¹⁸² De fato, durante a trégua a economia neerlandesa “passou a dominar entre metade e 2/3 da navegação entre Portugal e o Brasil, de maneira autorizada ou clandestina.” (MELLO, 2003, p. 27).

¹⁸³ De Vries & Der Woude (1997) destacam que, além da busca de lucro, a WIC tinha também a missão de combater a Espanha católica, o que, se afastou investidores em Amsterdam, ganhou adeptos em outras províncias.

¹⁸⁴ No prosseguimento da pesquisa vamos abordar as consequências desta ocupação para a região, principalmente para Recife e Olinda.

¹⁸⁵ Para detalhes do envolvimento dos holandeses com o tráfico de escravos ver Puntoni (1999).

produtor no Brasil¹⁸⁶, sofreu os efeitos do curso praticado pela WIC,¹⁸⁷ e, a partir da década de 1640, passou a enfrentar a competição das colônias caribenhas da Inglaterra, França e Províncias Unidas, que se iniciaram na agro-manufatura açucareira com os incentivos técnicos, financeiros e comerciais dos holandeses.¹⁸⁸ Os mercados dos dois primeiros países foram se fechando para o produto luso-brasileiro,¹⁸⁹ mormente depois das políticas mercantilistas, do que trataremos mais adiante.

Tirando vantagem de a Espanha estar em guerra com as Províncias Unidas e a França e ainda enfrentar a revolta da Catalunha, Portugal recuperou sua autonomia em 1640. Não obstante, a guerra contra a Espanha¹⁹⁰ continuou e além disso Portugal teria que enfrentar a Holanda caso quisesse recuperar o Nordeste Brasileiro e Angola. Todos estes desafios, aos quais devem ser adicionada a própria reestruturação do aparelho de Estado, envolviam gastos enormes e teriam que ser enfrentados num quadro de grandes penúrias econômicas e financeiras, aumentadas pela interrupção da entrada da prata americana causada pelo conflito com a Espanha.

¹⁸⁶ As perdas de Portugal não corresponderam a ganhos para os holandeses, porque a conquista e a reação posterior desmantelaram a produção, de modo que em 1654 a produção pernambucana era apenas 10% do total da colônia. Mesmo durante o período de paz (1640-45) esse percentual não passou de 20%, muito longe dos 60% do final do século XVI (SCHWARTZ, 1988, p. 158).

¹⁸⁷ “Embora essas perdas já fossem graves durante as décadas de 1620 e 1630, no decênio seguinte tornaram-se arrasadoras. Em 1647 e 1648, perderam-se 130 navios baianos, já carregados ou ainda rumando para a capitania.” (SCHWARTZ, 1988, p. 159). “No reino a falência rondava a maioria das seguradoras” e o Pe. Antonio Vieira chegou a sugerir a suspensão da navegação, no que não foi acatado por D. João VI (MELLO, 2003, p. 131).

¹⁸⁸ McCusker e Menard (2004) argumentam que tem havido uma excessiva ênfase na influência dos holandeses em prejuízo do papel exercido pelos comerciantes britânicos.

¹⁸⁹ “Na década de 1630, aproximadamente 80% do açúcar vendido em Londres provinha do Brasil [...], em 1670 essa proporção caiu para 40% e, em 1690, para apenas 10%” (SCHWARTZ, 1988, p. 163).

¹⁹⁰ Felipe IV, rei de Espanha, se dispôs a reconhecer o domínio das Províncias Unidas sobre “o Brasil holandês, do Ceará ao São Francisco”, se a França e as Províncias Unidas se abstivessem de apoiar os regimes rebeldes da Catalunha e de Portugal (MELLO, 2003, p. 35), o que nos parece um exemplo eloquente da não coincidência dos interesses de Portugal e da Espanha que mencionamos mais acima.

Não obstante, de agora em diante o Estado português – ainda que precisando ele próprio se afirmar – podia “concentrar-se em seus objetivos nacionais, em lugar de vê-los permanentemente subordinados às considerações políticas e estratégicas do equilíbrio de poder na Europa” (MELLO, 2003, p. 36). Segundo o mesmo autor seriam três os objetivos estratégicos: o reconhecimento internacional do Estado e da Dinastia dos Bragança; a segurança das fronteiras nacionais; a recuperação dos espaços perdidos na Ásia, na África e na América.

Embora já em 1618, em *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Ambrósio Fernandes Brandão afirmasse que o Brasil era muito mais rentável para Portugal do que a Índia, somente depois de 1640 estavam dadas as condições (a possibilidade de definir os interesses nacionais) e as motivações (a premência de garantir a sobrevivência do Reino) para que a colônia portuguesa se transformasse em prioridade política, colocando-se a recuperação do Brasil Holandês como objetivo imediato (MELLO, 2003).

Dadas a incapacidade financeira e militar, as iniciativas tinham que ser diplomáticas, com o primeiro resultado sendo uma trégua assinada com os holandeses em 12 de junho de 1641, que valeria por 10 anos e que “congelava o *status quo* territorial, previa a cooperação naval contra a Espanha e autorizava a compra de armas e munições bem como recrutamento de tropas” (MELLO, 2003, p. 39). Estes termos dão uma ideia da fragilidade do Estado português, que para enfrentar um inimigo (a Espanha) na sua fronteira, se aliava e recorria a outro.¹⁹¹

Talvez comece aqui a *via crucis* portuguesa de tentar existir como nação em um mundo de Estados muito poderosos. Nesta conjuntura, mesmo tendo que adotar iniciativas aparentemente contraditórias, como na sua aproximação com a Holanda, Portugal só tinha o caminho diplomático, pois,

¹⁹¹ Para sobreviver, a monarquia portuguesa tentava ganhar a proteção da França e para isso propôs, em 1647, o casamento de D. Teodósio (filho de D. João IV) com uma Bourbon. A negativa francesa e o desespero do monarca português o levaram “a adicionar o compromisso dramático de abdicar da Corôa, retirando-se para a cidade de Angra (Ilha Terceira), onde ficaria com o domínio dos Açores e do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Na menoridade do príncipe herdeiro, o próprio duque de Orleães, o pai da noiva, seria o regente de Portugal.” (MELLO, 2003, p. 101).

ao recuperar a autonomia em 1640, não dispunha de exército, nem corpo diplomático e nem prestígio internacional. A situação econômica era também de queda das rendas públicas e privadas.

O estado e o povo português voltam-se, então, para a colônia americana, na medida em que “a prosperidade [e] a própria existência do Reino europeu passam a depender exclusivamente dela” (PRADO JR., 2008[1945], p. 49), que passou a ser alvo de diversas medidas destinadas a submetê-la política, administrativa e economicamente: Criação em 1642 e instalação em 1643, do Conselho Ultramarino, que centralizaria a política colonial; restrições à participação de não portugueses no comércio colonial; fundação, em 1649¹⁹², da Companhia Geral do Comércio do Brasil, que recebeu o monopólio do comércio entre Metrópole e Colônia. Uma das consequências desse monopólio foi a proibição da produção e do comércio de vinho de mel e aguardente de cana. No caso do sal, alguns comerciantes também tinham a exclusividade do comércio, e para “impedir o contrabando, proíbe-se sua produção no Brasil (1665)” (PRADO JR., 2008, p. 54). Segundo este autor, para não haver concorrência com a Metrópole ou com a Índia não era permitido o cultivo da oliveira, da canela e da pimenta¹⁹³.

Mais ilustrativa ainda da posição atribuída à Colônia na economia política da Metrópole e desta na economia-mundo, foi a reação à notícia da descoberta de ferro no Maranhão. Embora depois se revelasse falsa, a informação teve uma resposta imediata: foi proibida a exploração, sob argumento de que prejudicaria enormemente o comércio do Reino, que não era produtor e sim o intermediário entre os países fabricantes e a Colônia, dessa que era “a melhor mercadoria que se negociava na colônia.” (PRADO JR., 2008,

¹⁹² As agruras do Estado Português eram tão grandes, que, para viabilizar a Companhia, D. João IV enfrentou o Santo Ofício e recorreu aos comerciantes judeus, cujos bens, mesmo daqueles condenados pelo Santo Ofício, ele proibiu sequestrar. Acrescente-se que a sugestão de acudir aos capitalistas judeus foi do Pe. Antonio Vieira (REIS, 2003).

¹⁹³ Provavelmente Caio Prado está se referindo à pimenta do reino, da qual hoje “o Brasil é um dos maiores produtores [...], oscilando entre a segunda e terceira posição no mercado mundial. Das 50 mil toneladas por ano, o País exporta 45 mil, principalmente para a Europa e para os Estados Unidos.” Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/pimentadoreino.htm>>. Acesso em: 17 maio 2012.

p. 55). Não temos motivo para duvidar da veracidade deste relato, que é plenamente compatível com um dos traços estruturais da economia portuguesa, a prática do chamado comércio de trânsito, quer dizer, a intermediação entre regiões produtoras e consumidoras, e que, se bem possibilitou certa prosperidade, ao ser constringido pelas instituições políticas e ideológicas, cristalizou forças que impediram o florescimento primeiro do capitalismo comercial e, depois, do industrial e do financeiro. Em outras palavras, não permitiu o desenvolvimento de uma expressiva produção doméstica, seja na metrópole, seja na Colônia, e como consequência, ampliou o atraso em relação aos países mais adiantados economicamente. No quadro do conflito generalizado que foi a Guerra dos Trinta Anos e não dispondo de meios próprios para alcançar nenhum dos três objetivos estratégicos vitais retrocitados, “para sobreviver como metrópole colonial Portugal deveria ligar seu destino a uma grande potência, o que significava necessariamente alienar parte de sua soberania.” (FURTADO, 1995, p. 32) A tutela da Grã-Bretanha, potência então ascendente, foi formalizada no tratado de 1642, que concedia privilégios comerciais, jurídicos e religiosos aos súditos ingleses e também autorizava a nomeação de **“comissários para tratar das concessões aos ingleses no comércio brasileiro, o que representou a primeira batida formal dos ingleses à porta da América do Sul portuguesa”** (MANCHESTER, 1973, p. 20, grifos nossos).¹⁹⁴

Ao encolhimento econômico, político e militar da Metrópole se contrapõem as potencialidades da Colônia e a agressividade daqueles que em África, em Portugal e no Brasil percebiam as mútuas relações entre o tráfico de escravos e a produção de açúcar e que por isso viam a urgência de recuperar Angola¹⁹⁵, desde 1641 sob controle dos Holandeses. Tanto para não

¹⁹⁴ O mesmo autor ressalta que o acordo não teve consequências práticas relevantes, mas “foi, na verdade, a base de todos os tratados subsequentes” e seus termos serviram de argumentos para Oliver Cromwell impor novas exigências em 1654, e para a Monarquia restaurada fazer o mesmo em 1661 (MANCHESTER, 1973, p. 20, grifos nossos). Celso Furtado (1995, p. 33) observa que o acordo de 1654 foi imposto na sequência de uma ataque marítimo britânico a Portugal, precisamente quando este país se encontrava em guerra com Espanha e Holanda.

¹⁹⁵ Alecanstro (2000) faz um estudo detalhado dos grupos, motivações e consequências da recuperação de Angola.

provocar os holandeses quanto por carecer de meios, a Coroa portuguesa delegou aos colonos luso-brasileiros¹⁹⁶ a retomada, que após várias tentativas, ocorreu, num primeiro estágio, em 1648. Esta vitória, de importância transcendental¹⁹⁷ para Portugal, fortaleceu o grupo que defendia a via armada para tirar os holandeses do Nordeste brasileiro, enfraquecendo aqueles que, em troca da paz, considerada absolutamente necessária para a segurança do Reino, cogitavam entregar Pernambuco aos ocupantes. Neste último grupo, despontava o Pe. Antonio Vieira, quem, segundo Mello (2003, p. 165), avaliava como próxima de zero a probabilidade de Portugal recuperar militarmente o Brasil Holandês.¹⁹⁸ Em 1650, em que pese o sucesso na África (1648) e as vitórias em Pernambuco¹⁹⁹, bem como a maior segurança no transporte internacional proporcionada pela Companhia Geral de Comércio criada em 1649, **“não se abalara a régia convicção acerca da necessidade de entregar**

¹⁹⁶ Salvador de Sá foi o grande líder desta empreitada, tanto no processo de convencimento da urgência da reconquista, iniciado em 1643, quanto na arregimentação dos recursos e ainda na liderança militar. Alencastro (2000, p. 234), afirma que 70% das despesas da expedição (onze navios, quatro patachos e cerca de dois mil homens) foram cobertas pelos “negreiros e fazendeiros fluminenses”, o que dá uma medida da relevância por eles atribuída ao controle do tráfico de escravos. Relevância que se torna mais notável quando se tem mente que no mesmo momento os holandeses ocupavam o nordeste brasileiro e ameaçavam atacar a Bahia e Rio de Janeiro. Simultaneamente, para escravizar os nativos, Raposo Tavares se embrenha no interior, numa expedição de três anos (1648-51) que de São Paulo, atravessa o Centro-Oeste, e seguindo pelos rios Mamoré, Madeira e Amazonas, chega à foz deste último. (ALENCASTRO, 2000). Como se vê, fluminenses e paulistas buscam em lugares diferentes a mão de obra que – como mercadoria e energia – sustenta a colônia nesta conjuntura de escassez de força de trabalho devida ao domínio holandês sobre Angola.

¹⁹⁷ Além de retomar o fluxo de escravos, que revitalizariam a economia açucareira e que também seriam trocados pela prata peruana, a retomada de Luanda “desestabilizou o adversário [os holandeses] em todas as frentes, obrigando-o a recuar em todas as frentes do Atlântico Sul.” (ALENCASTRO, 2000, p. 231).

¹⁹⁸ Essa avaliação se baseava no seguinte balanço das respectivas forças navais: As Províncias Unidas possuíam 14.000 navios e 200.000 marinheiros, Portugal 13(!) navios e 4.000 marinheiros. Na Ásia, a Cia. das Índias Ocidentais disporia de mais de 100 barcos de guerra, o Estado da Índia, nenhum. No Brasil, a proporção seria de 60 para 7. A superioridade holandesa em equipamentos e quadros militares era enorme. E no terreno diplomático, Portugal não tinha amigos e as PU não tinham inimigos. Apesar de considerar irreais os números esgrimidos por Vieira, o historiador pernambucano não nega a desigualdade de forças (MELLO, 2003).

¹⁹⁹ Em Recife, as forças luso-brasileiras venceram os holandeses em 1648 e 1649, nos combates conhecidos como as batalhas de Guararapes, nome do monte onde se deram os confrontos.

o Nordeste, de vez que, dependente do Ultramar, Portugal necessitava ter paz com a principal potência marítima, como ainda eram reputados os Países Baixos às vésperas da sua primeira guerra com a Inglaterra” (MELLO, 2003, p. 190, grifos nossos).

Esta avaliação era correta na medida em que baseava-se na relação de forças entre Portugal e as Províncias Unidas, mas não refletia o novo equilíbrio de forças na Economia-Mundo, onde a balança começava a pesar mais para o lado da Inglaterra e da França. Como expressão do novo equilíbrio de poder, o parlamento britânico aprovou em 1651 a Lei de Navegação, que determinava que as mercadorias destinadas à Inglaterra fossem transportadas em navios ingleses ou dos portos de origem. Para Davis (1973) esta foi “a primeira reação séria da Europa ao sucesso holandês” e para Wallerstein (1998), a primeira situação de perigo experimentada pela hegemonia holandesa. Inconformadas, em 1652 as Províncias Unidas declararam guerra à Inglaterra, da qual saíram derrotadas em 1654.

Ora, nem mesmo as Províncias Unidas dispunham de recursos para sustentar várias frentes de batalha, uma delas contra um poderosíssimo inimigo (a Inglaterra), de modo que foram negados os recursos pedidos pela Companhia das Índias Ocidentais para defender o Brasil Holandês, que desde 1645 enfrentava a revolta dos luso-brasileiros que haviam derrotado os holandeses nas já mencionadas batalhas de Guararapes. A negativa desguarneceu Recife e D. João IV aproveitou a ocasião para ordenar o bloqueio do porto desta cidade pelos navios da Companhia Geral do Comércio enquanto o exército luso-brasileiro atacava por terra. O Brasil Holandês capitulou em janeiro de 1654, quando os batavos “já não dispunham de um poder naval incontestável na Europa, **tendo sido obrigados a se submeter aos limites impostos pelas políticas coloniais da França e da Inglaterra nas Índias Ocidentais e na América do Norte**” (DAVIS, 1973, p. 184, grifos nossos).

Temendo a reação das Províncias Unidas, Portugal assinou, ainda em 1654, um novo tratado com a Inglaterra, mas só o ratificou em 9 de Junho de 1656, sob a ameaça de uma esquadra inglesa ancorada em Lisboa. O tratado repetia treze cláusulas do Tratado de 1642 e concedia mais vantagens

econômicas em seus domínios em troca de benefícios “em questões referentes à paz e amizades mútuas”. A Inglaterra não se comprometia claramente em prover assistência militar, “enquanto Portugal se tornou virtualmente um vassalo comercial da Inglaterra” (MANCHESTER, 1973, p. 26), condição reafirmada no Tratado de 1661.

Estes tratados apenas expressam a gigantesca desproporção de poder político, econômico e militar entre as duas partes, desproporção iniciada na primeira metade do século XVI e aumentada durante a União Dinástica e que não parara de crescer nos dois séculos seguintes. De fato, assim como o primeiro Ato de Navegação (1651) demonstrava que durante a reorganização econômica, política e ideológica da Economia-Mundo pelas Províncias Unidas, a Inglaterra havia desenvolvido capacidades que lhe permitiram desafiar a potência hegemônica, iniciando assim a luta pela hegemonia, no outro lado da distribuição do poder econômico e político, a submissão praticamente total de Portugal aos interesses ingleses revela que este país estava totalmente despreparado para aproveitar as novas oportunidades criadas pela mencionada reorganização. Por isso, no decorrer dela, Portugal caiu para uma posição periférica na economia-mundo.

Maiores seriam as dificuldades no futuro, pois, a partir mais ou menos de 1640, Grã-Bretanha, juntamente com a França, reorientarão a economia-mundo, reestruturando “radicalmente a geografia política do comércio mundial [através da] nova síntese de capitalismo e territorialismo criada pelos mercantilismos francês e britânico no século XVIII”, cujos três pilares foram “a colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico”²⁰⁰ (ARRIGHI, 1996, p. 49). Vemos que as duas potências rivais

²⁰⁰ Embora a síntese possa ter ocorrido só no século XVIII, a colonização direta se inicia com a tomada aos espanhóis de diversas ilhas caribenhas. Barbados foi ocupada pelos ingleses em 1627 e começou a exportar açúcar na década de 1640. Os Franceses ocuparam Guadalupe (1635) e Martinica (1635), cujas exportações de açúcar atingiram proporções importantes a partir de 1670. Com o açúcar, instalou-se a escravidão. Os atos de navegação podem ser considerados os marcos iniciais das políticas mercantilistas. Desenvolveu-se assim “um novo modelo de exploração colonial, baseado na exportação de manufaturas européias a um ritmo crescente e seguro” (HOBSBAWM, 1990, p. 29-30). Para o historiador britânico esse novo colonialismo foi “a maior conquista da crise do século XVII” e substituiu o colonialismo português e espanhol que se guiava por uma lógica econômica medieval, oposta ao capitalismo (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

se servem, renovando-as, de práticas conhecidas dos portugueses (a colonização direta e a escravatura), agora articuladas com o mercantilismo manufatureiro, para o qual as colônias são vitais, como fornecedores de matérias-primas e consumidoras de manufaturados metropolitanos, contribuindo duplamente para o aumento do poder e da riqueza dos respectivos estados nacionais na economia-mundo.

Como ocorre com os inovadores, as duas potências praticam políticas que não estão ao alcance da maioria:

Toda a história da Europa nos séculos XVII e XVIII ilustra esta incapacidade de um Estado frágil, dependente ou muito pequeno para conduzir uma política de intervenção e de desenvolvimento econômico. (DEYON, 2004, p. 38).

Embora este autor não tenha sequer mencionado Portugal (a Espanha sim é analisada) entre os casos que ilustram esta afirmação, esta se aplica *ipsis litteris* ao Portugal do fim da década de 1650, quando este país pode ser considerado periferia da economia-mundo. Como sabemos, nos séculos seguintes, esta posição de impotência política e econômica não pôde ser revertida.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico**. 4. ed. Porto: s.n., 1988.
- BOXER, Charles. **O Império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Cia. da Letras, 2002.
-

BRAUDEL, Fernando. **Civilização material, economia e capitalismo: Séc. XV-XVIII**. Vol. 3: O Tempo do Mundo, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo En La Época de Felipe II**. Tomo Primero, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. 2 volumes. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CHRISTENSEN, Aksel E. **Dutch trade to the Baltic about 1600**. Copenhagen: Munksgaard, 1941.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão & O Tratado de Madrid**. Tomo I. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão/Imprensa Oficial São Paulo, 2006.

DAVIS, David B. **Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World**. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. **The problem of slavery in Western culture**. New York: Oxford University Press US, 1988.

DAVIS, Ralph. **The Rise of the Atlantic Economies**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1973.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Prefácio de Gabriel Cohn. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru-SP: Edusc, 2003.

FRANGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

_____. **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII - Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo: Hucitec, 2001

GALLOWAY, J.H. **The sugar cane industry**: An historical geography from its origins to 1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1968.

_____. **A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa**. Porto: Editora Arcadia, 1971.

_____. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editora Presença, 1983. v. 4.

HICKS, John. **A Theory of Economic History**. Oxford: Carendon Press, 1969 [Edição brasileira: **Uma teoria da história econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969].

HOBSBAWM, Eric. **En torno a los orígenes de la revolución industrial**. 21. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

HOLANDA, Sérgio B.; PANTALEÃO, Olga. Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista. In: AB'SABER, A. *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, Volume. 1: A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2007. p. 165-196.

LABOURDETTE, Jean-François. **História de Portugal**. Algragide (Portugal): D. Quixote, 2008.

LANE, Frederic C. **Profits from Power: Readings in Protection Rent and Violence-Controlling Enterprises**. Albany: State University of New York Press, 1979.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670**. Lisboa: Estampa, 1997. v. 1.

MCCUSKER, John J. & MENARD, Russel R. "A New Perspective on the Barbadian 'Sugar Revolution'". In: SCHWARTZ, S. (Ed). **Tropical Babylons-**

Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2004.

MÉCHOULAN, Hénry. **Dinheiro e Liberdade:** Amsterdam no tempo de Spinoza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil:** Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). **O Brasil holandês (1630-1654).** São Paulo: Penguin Classics, 2010.

NARBONA Y ZÚÑIGA, E. História de la recuperación del Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABN)** 69, 1950.

NEE, John U. The Progress of Technology and the Growth of Large-Scale Industry in Great Britain, 1540-1640. **The Economic History Review**, v. 5, n. 1, 1934.

_____. “Industrial Europe at the time of the Reformation, c.1515-1540”. *In:* _____. **The conquest of the material world.** Chicago (Illinois): University of Chicago Press, 1964. p. 67-117.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PARRY, J.H. “Transport and trade routes”. *In:* RICH, E. E. ; WILSON, C. H. (Org.). **Cambridge Economic History of Europe, IV:** The economy of expanding Europe in the sixteenth and seventeenth centuries. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. p. 155-219.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and social death – a comparative study.** Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1982.

PRADO, J. F de Almeida. O Regime das Capitânicas. *In:* AZIZ N. AB´SABER *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira** (Direção de Sérgio Buarque de Holanda). A Época Colonial, V.1: do descobrimento à expansão territorial. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PUNTONI, Pedro. **A mísera sorte**: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMOS, Rui; VASCONCELOS e SOUZA, B.; MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. 4. ed. Lisboa: Editora A Esfera dos Livros, 2010.

RAU, Virginia. **A family of Italian merchants in Portugal in the fifteenth century**: the Lomenelli. Studi in onore di Armando Saporì. Milão: Editora Cisalpino, 1957.

REIS, Arthur César Ferreira. O Comércio Colonial e as Companhias privilegiadas. In: AB'SABER, Aziz N. *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, Volume. 2: A época colonial: administração, economia, sociedade. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2003. p. 346-377.

RICH, E.E. "Colonial settlement and its labour problem". In: RICH, E. E.; WILSON, C. H. (Org.). **Cambridge Economic History of Europe, IV**: The economy of expanding Europe in the sixteenth and seventeenth centuries. Cambridge University Press, 1967. p. 308-373.

ROMANO, Ruggiero. "Tra XVI e XVII secolo, una crisi economica:1610-1622". **Rivista Storica Italiana**, LXXIV, n. 3, p. 480-532, 1962.

SCHWARTZ, Stuart B. (Org.). **Sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680**. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2004.

_____. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SMIT, J.W. "The Netherlands revolution". In: FORSTER, Robert; GREENE, Jack P. (Org.). **Preconditions of revolution in early modern Europe**. Baltimore (Maryland): Johns Hopkins Press, 1970. p. 19-54.

STOLS, Eddy. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart B. (Org.). **Sugar and the making of the Atlantic**

World, 1450-1680. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2004.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons.** New York: Russel Sage Foundation, 1984.

_____. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

VIEIRA, P. A. A Inserção do “Brasil” nos quadros da Economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeira mercantil do açúcar. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 499-527, dez. 2010.

VRIES, Jan de & WOUDE Ad Van Der. **The First Modern Economy - Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815.** New York: Cambridge University Press, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **El moderno Sistema Mundial – El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo, 1600-1750.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

_____. **El Moderno Sistema Mundial - La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence K. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *In*: WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein.** New York: The New Press, 2000.